



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE
ESCOLA DE NEGÓCIOS E GOVERNAÇÃO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS EMPRESARIAIS E ORGANIZACIONAIS
Área de especialização: Gestão Empresarial

ILSON VEIGA RODRIGUES PEREIRA

EMPREENHIMENTO TURÍSTICO NAS PERIFERIAS DE UMA ECONOMIA INSULAR: O CASO DOS MUNICÍPIOS DA ILHA DO FOGO

Praia – ST
30 de Dezembro de 2014

UNIVERSIDADE DE CABO VERDE
ESCOLA DE NEGÓCIOS E GOVERNAÇÃO

ILSON VEIGA RODRIGUES PEREIRA

EMPREENDIMENTO TURÍSTICO NAS PERIFERIAS DE
UMA ECONOMIA INSULAR:
O CASO DOS MUNICÍPIOS DA ILHA DO FOGO

Monografia apresentada como Requisito para a obtenção do Grau de Licenciatura em Ciências Empresariais e Organizacionais (CEO), realizada por Ilson Veiga Rodrigues Pereira, sob a orientação do Profº Me. Jeremias Dias Furtado.

Praia – ST
30 de Dezembro de 2014

UNIVERSIDADE DE CABO VERDE
ESCOLA DE NEGÓCIOS E GOVERNAÇÃO

ILSON VEIGA RODRIGUES PEREIRA

EMPREENHIMENTO TURÍSTICO NAS PERIFERIAS DE
UMA ECONOMIA INSULAR:
O CASO DOS MUNICÍPIOS DA ILHA DO FOGO

Monografia apresentada como Requisito para a obtenção do Grau de Licenciatura em Ciências Empresariais e Organizacionais (CEO), realizada por Ilson Veiga Rodrigues Pereira, sob a orientação do Profº Me. Jeremias Dias Furtado.

O júri:

Presidente

Orientador

Arguente

Resultado: _____

Praia, ____ / ____ / ____

DEDICATÓRIA

À(o):

Minha mãe, Lélem

Meu Pai, Tchitchi

Minha filha, Kelly

Meus irmãos mais velhos, Tchitchizinho e Elsa

Meu Orientor e amigo, Me. Jeremias Furtado

AGRADECIMENTOS

- ❖ A Deus, por tudo.
- ❖ À minha mãe Maria Lourêça da Veiga (Lélem) pela ajuda e incentivo de todas as horas.
- ❖ À minha filha Kelly, atualmente razão maior de todos os meus esforços e da minha dedicação.
- ❖ Ao professor **Me. Jeremias Dias Furtado** por ter aceitado o meu pedido de orientação e, com competência, seriedade e espírito crítico, prestou incomensurável contribuição para a concretização deste trabalho.
- ❖ Agradeço a todos quantos, direta ou indiretamente, colaboraram para a feitura deste trabalho, em especial, os empresários e dirigentes dos empreendimentos turísticos instalados nos municípios da ilha Fogo, que participaram da entrevista.
- ❖ Aos professores do Curso de Licenciatura em Ciências Empresariais e Organizacionais pelo aprendizado e apoio.
- ❖ Aos colegas do curso, pela amizade e colaboração.
- ❖ Particularmente, ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Nacional, o Dr. Basílio Mosso Ramos e aos distintos empresários de Assomada, o Sr. Domingos, proprietário do restaurante Nova Alegria, o Sr. Hélder, proprietário do Hotel Avenida por me terem acudido e apoiado no pagamento das dívidas contraídas junto da Escola de Negócios e Governação por propinas académicas.

A todos, um muito obrigado!

EPÍGRAFE

“ ...

*No Fogo há ainda fumo
A sair do vulcão!*

*Apagados os restos de antigas erupções
quedaram petrificados
pelas encostas
a relembrem trágicas visões
e ribombos
ecoando pela serra!*

*No sangue rebelde e másculo
das gentes
revive
o ardor das lavas incandescentes
... ”*

Jorge Barbosa

(Referência à ilha do Fogo – extrato do poema Ilhas, citado por Barros-Alfama, 2007)

RESUMO

As deficiências existentes no quadro institucional ao nível subnacional, particularmente em zonas periféricas de uma economia insular inibem, de certo modo, a atividade empreendedora da população aí residente (Buhalis (1999); Logossah e Maupertuis (2007); De Mattos (2000); Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto (2012 e 2013); García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado (2013). Assim, o presente trabalho é desenvolvido com o propósito de esclarecer as relações que justificam tal influencia para, a partir delas, encontrar os mecanismos que permitam reverter tal situação. Especificamente, o nosso interesse investigador reside na identificação dos fatores institucionais que permitam estimular a atividade turística em pequenas economias insulares em desenvolvimento (PEID), particularmente, ao nível subnacional, ou seja, nos Municípios da ilha do Fogo - (e.g., S. Filipe, Mosteiros e Santa Catarina), onde tal atividade pode representar uma oportunidade real para alcançar o crescimento económico e criar emprego para as suas gentes.

Deste modo, o presente trabalho pretende responder à seguinte questão de investigação: *que fatores do ambiente institucional influenciam a decisão de criar uma empresa no sector do turismo nos Municípios da ilha do Fogo?* Os resultados encontrados permitem estabelecer diversas proposições de pesquisa que devem ser exploradas empiricamente para melhorar a nossa compreensão do empreendimento turístico e da sua efetiva promoção em particular circunstância das periferias de uma economia insular (PEID), tais como são os Municípios da ilha do Fogo – objeto do presente estudo. Ora bem, considerando a escassez de recursos traduzidos em fertilidade territorial (De Mattos, 2000) e a relativa riqueza de recursos territoriais turísticos – e.g., cultura, microclimas, paisagens, vulcões, praias, montanha, paisagem, pesca desportiva, vinho, agronegócios, etc., o estudo aponta como via estratégica de desenvolvimento socioeconómico nas periferias de uma economia insular, a *especialização turística* – entendida, justamente, na exata aceção *micel-protiana* de “*concentrações geográficas de empresas interconectadas, fornecedores especializados, prestadores de serviços, empresas industriais e associações, (tais como, por exemplo, universidades, agências de rating, associações comerciais) existentes num determinado campo ou sector de atividade, que competem mas também cooperam entre si*” (Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto (2012 e 2013, p: 4); García-Cabrera,

García-Soto e Dias-Furtado (2013). Assim, a *especialização turística* é apresentada, neste estudo, como a chave capaz de abrir as portas do desenvolvimento nessas regiões, desde que haja condições institucionais favoráveis.

PALAVRAS-CHAVE:

Empreendimento turístico, pequena economia insular em desenvolvimento (PEID), Teoria neo-institucional, periferia de uma economia insular, especialização turística e mudança institucional.

ABSTRACT

Weaknesses in the institutional framework at the subnational level, particularly in peripheral areas of an island economy inhibit, strongly, the entrepreneurial activity of the resident population (Buhalis (1999); Logossah and Maupertuis (2007), De Mattos (2000); Dias-Furtado, Garcia-Cabrera and García-Soto (2012; 2013); García-Cabrera, Garcia-Soto and Dias-Furtado (2013). Accordingly, this work is developed in order to clarify the relationships that justify such influences for them, find the mechanisms to reverse this situation. Specifically, our research interest lies in the identification of institutional factors that allow stimulate tourism in small island developing economies (SIDS), particularly at the subnational level, in the municipalities of the Fogo - (*e.g.*, S. Filipe, Mosteiros and Santa Catarina), where such activity may represent a real opportunity to achieve economic growth and create jobs for its peoples.

Thus, this study aims to answer the following research question: *what factors of the institutional environment influence the decision to start a business in the tourism sector in the municipalities of the island of Fogo?* Our results establish several research propositions that should be explored empirically to improve our understanding of the *entrepreneurship touristic sector* and its effective promotion in the particular circumstances of a peripheral areas of small island economy (SIDS), such as the municipalities of Fogo - object of this study.

Well, considering the scarcity of resources translated into territorial fertility (De Mattos, 2000) and the relative wealth of regional territorial touristic resources – *e. g.*, culture, microclimates, landscapes, volcanoes, beaches, mountain, landscape, sport fishing, wine, agribusiness, etc. The study shows how through strategic socio-economic development on the outskirts of an island economy, the *touristic specialization* - understood precisely in the exact perspective of Michel –

Porter, as “*a geographic concentrations of interconnected companies, specialized suppliers, service providers, industrial companies and associations (such as, for example, universities, rating agencies, trade associations) existing in a particular field or sector of activity that compete but also cooperate*” (Dias- Furtado , Garcia - Cabrera and García-Soto (2012; 2013, p:4); García - Cabrera , García - Soto and Dias - Furtado (2013).

Thus, if provided the favorable institutional conditions, the *touristic specialization* is presented in this study, as the key that can open the doors of development in those areas.

KEYWORDS:

Touristic entrepreneurship, small island economy states (SIDS), neo-institutional theory, peripheral areas of the SIDS, touristic specialization and institutional change.

LISTA DE SIGLAS

AEO – Atividade Empreendedora por Oportunidade
CEO – Ciências Empresariais e Organizacionais
CO – Cultura Organizacional
NEA – Atividade Empreendedora por Necessidade
NEI – Nova Economia Institucional
NRJET - Novo Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos
NI – Neo-institucionalismo
PEID – Pequenas Economias Insulares em Desenvolvimento
PMA – País Menos Avançado
PRM – País de Rendimento Médio
SIDS – Small Islands Development States
TAE – Taxa de Atividade Empreendedora

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Tipologias de Empreendimentos Turísticos -----	Pág. 14
Quadro 2. Modelo de Crecimiento Endógeno -----	Pág. 26
Quadro 3. Subsectores turísticos em crescimento nas periferias de uma PEID e respetivas características -----	Pág. 30
Quadro 4. Perceção das instituições regulativas pela população da ilha do Fogo -----	Pág. 45
Quadro 5. Perceção das instituições normativas pela população da ilha do Fogo -----	Pág. 47
Quadro 6. Perceção das instituições cognitivas pela população da ilha do Fogo -----	Pág. 48
Quadro 7. Dimensões institucionais e empreendedorismo -----	Pág. 49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução média anual da oferta turística, por ilha (1999-2012) -----	Pág. 42
---	---------

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Processo de empreendimento -----	Pág. 21
---	---------

Figura 2 - Perspetiva gráfica da orografia da ilha do Fogo -----	Pág. 34
Figura 3 - Divisão territorial da ilha do Fogo, segundo os Municípios -----	Pág. 36
Figura 4 - Posicionamento geográfico do Município de São Filipe -----	Pág. 37
Figura 5 - Posicionamento geográfico do Município dos Mosteiros -----	Pág. 38
Figura 6 - Posicionamento geográfico do Município de Santa Catarina -----	Pág. 40

LISTA DE ANEXOS

Questionário sobre a atividade empreendedora da população da ilha do Fogo -----	Pág. 64
---	---------

INDICE

DEDICATÓRIA -----	iv
AGRADECIMENTOS -----	v
EPÍGRAFE -----	vi
RESUMO -----	vii
ABSTRACT -----	viii
LISTA DE SIGLAS -----	x
LISTA DE QUADROS -----	x
LISTA DE GRÁFICOS -----	x
LISTA DE FIGURAS -----	x
LISTA DE ANEXOS -----	xi

CAPÍTULO 1 - DA INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização -----	Pág. 1
1.2. Estrutura do trabalho -----	Pág. 4
1.3. Justificação da opção temática -----	Pág. 4
1.4. Problemática -----	Pág. 6
1.4.1. Pergunta de partida -----	Pág. 7
1.4.2. Objetivo geral -----	Pág. 7
1.4.3. Objetivos específicos -----	Pág. 8
1.4.4. Proposições/hipóteses da investigação -----	Pág. 8

CAPÍTULO 2 – DA METODOLOGIA DE PESQUISA

2.1. Tipo de estudo -----	Pág. 9
2.2. Métodos de investigação -----	Pág. 9
2.3. População -----	Pág. 10
2.4. Amostra -----	Pág. 10
2.5. Caraterização de Variáveis -----	Pág. 10
2.6. Técnicas de recolhas de dados -----	Pág. 11
2.7. Processamento de informação -----	Pág. 11

CAPÍTULO 3 – DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. Do Conceito De Empreendimentos Turísticos -----	Pág. 11
3.2. Conceito do Empreendedor -----	Pág. 15
3.3. Mitos/realidades existentes à volta da figura do empreendedor -----	Pág. 17
3.4. Processo de criação de empresas: <i>o reconhecimento e a exploração de oportunidades</i> -----	Pág. 20

3.5.	Fatores Institucionais do Empreendedorismo Turístico nas Economias periféricas -	Pág. 22
3.6.	Desenvolvimento de Economias/Zonas ou territórios periféricos: <i>Convergência ou Divergência?</i> -----	Pág. 25
3.7.	Condicionantes Do Empreendedorismo Turístico Nas Periferias De Uma Economia Insular -----	Pág. 27

CAPÍTULO 4 – ESTUDO DE CASO: OS MUNICÍPIOS DO FOGO COMO PERIFERIAS DE UMA ECONOMIA INSULAR ----- Pág. 32

4.1.	Município de São Filipe -----	Pág. 37
4.2.	Município dos Mosteiros -----	Pág. 38
4.3.	Município de Santa Catarina -----	Pág. 39
4.4.	Instituições e Empreendedorismo nas Periferias de uma Economia Insular: Proposições de Investigação -----	Pág. 50

CONCLUSÕES ----- Pág. 53

BIBLIOGRAFIA ----- Pág. 56

SITOGRAFIA ----- Pág. 62

CAPÍTULO 1 - DA INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

Apesar de ser relativamente abundante a literatura no campo do empreendedorismo (Buhalis, 1999; Logossah e Maupertuis, 2007; García-Cabrera e García-Soto, 2008a; 2008b, 2009; 2010a; 2010b; De Mattos, 2000; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012, 2013; García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013, etc.), o debate nas Academias sobre como os Estados estimulam a criação de novas empresas, particularmente ao nível das periferias, tem-se intensificado cada vez mais entre os estudiosos nos últimos anos.

Tudo isto devido ao importante papel que o empreendedorismo desempenha na economia, e também pelo facto de este ser reconhecido como o motor do desenvolvimento socioeconómico, pela geração de emprego e pela criação de riqueza em qualquer território, particularmente nas periferias de uma pequena economia insular em desenvolvimento (PEID), como Cabo Verde. São apologistas desta perspectiva autores tais como Buhalis (1999) ou Logossah e Maupertuis (2007); García-Cabrera e García-Soto, (2008); Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, (2012 e 2013); García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado (2013), etc. Segundo estes autores, as organizações internacionais têm feito grandes esforços para estimular o crescimento económico nas economias menos avançadas através do empreendedorismo. Nesta tarefa tem sido dada grande relevância aos fatores ambientais que influenciam o comportamento empreendedor (Garcia-Cabrera & Garcia-Soto, 2008; De Clercq et al, 2010, Ferreira et al, 2011, Fortunato & Alter, 2011; Gries & Naude, 2011; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012), embora nem sempre com os resultados esperados. De acordo com eles, em nossa pesquisa, estamos interessados no estudo de tais fatores ambientais e para a sua análise recorreremos à teoria neo-institucional ou, ao neo-institucionalismo, uma vez que proporciona os fundamentos para analisá-los.

O neo-institucionalismo argumenta que os fatores ambientais das instituições influenciam o comportamento dos indivíduos em geral e dos empreendedores em particular (Diaz-Casero, 2003; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012), sendo que para a presente investigação atribuiu-se especial relevância aos trabalhos que defendem essa influência no contexto das PEID's (Buhalis, 1999; Logossah & Maupertuis, 2007; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012; 2013).

Especificamente, e em comparação com as abordagens institucionais tradicionais que enfatizam a conformidade e a adaptação do indivíduo às regras institucionais (por exemplo, Teoria Económica Institucional, Teoria Sociológica Institucional), o neo-institucionalismo atribui grande importância à mudança institucional e o papel dos diferentes atores económicos, políticos e sociais nestes processos de mudança (Tracey & Phillips, 2011) como necessário para a criação das condições ambientais que permitam o incentivo empresarial. A Teoria Económica institucional aqui é relevante porque identifica as categorias ou tipos de fatores ambientais que potencialmente influenciam o comportamento empreendedor (Home, 2003). Assim, e apesar do facto de que a literatura anterior identificou vários fatores que motivam o comportamento empreendedor (Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012; 2013) e que estão relacionados ao indivíduo, por exemplo, a formação, personalidade (Diaz et al., 2005, Garcia-Cabrera & Garcia-Soto, 2008, 2009, De Clercq et al, 2010), ou de natureza sociológica, por exemplo, redes sociais (Fortunato & Alter, 2011) - há uma crescente literatura que argumenta que as instituições ou as variáveis ambientais que regem as interações humanas e condicionam o comportamento tanto dos indivíduos como das organizações (ex.: Knight, 2004, Webb et al, 2009; Tracey & Phillips, 2011; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012).

No entanto, os teóricos institucionais mais recentes incorporam em suas abordagens a análise sociológica das relações inter-individuais (Granovetter, 2005) destacando a influência de tais interações no comportamento empreendedor e os resultados económicos quando são analisados de um ponto de vista institucional (Caballero & Kingston, 2005; De Clercq et al, 2010; Fortunato & Alter, 2011). Tendo em conta o enfoque interdisciplinar e aglutinador das versões mais modernas da teoria institucional, neste artigo recorreremos a ela e nos amparamos em seus preceitos para encontrar os fatores que determinam o empreendimento nas periferias de uma PEID. Ao fazê-lo, admitimos como hipóteses básica que os fatores institucionais do ambiente se instrumentalizam e se materializam em diferentes elementos (Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012; 2013) - por exemplo, as leis, os valores culturais, práticas empresariais e socialmente aceites, que interagem e se reforçam entre si para influenciar a atividade empreendedora dos indivíduos (García-Cabrera & García-Soto, 2008; Gries & Naude, 2011) na medida em que tais indivíduos, como membros de um grupo social ou vinculado a diferentes redes sociais (Garcia-Cabrera & Garcia-Soto, 2009; de Clercq et al., 2010), acedem ao conhecimento de tais elementos institucionais e se sintam incentivados a moldar seus

comportamentos para aquilo que tais instituições fixam (García-Cabrera e García-Soto, 2008a; 2009; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013; e García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013).

Ora bem, as instituições são basicamente o resultado de um processo de aprendizagem social, de modo que estão enraizadas na cultura do povo de cada território. Devido a isso, apresentam-se estáveis ao longo do tempo, e também para o caso dos Municípios da ilha do Fogo – objeto do presente estudo, podem ser desfavoráveis para a dinâmica de criação de empresas. Assim, surge a pergunta: Qual pode ser a melhor maneira de promover uma mudança institucional que conduza a um ambiente propício para a criação de empresas em tais economias?

Ora, considerando que segundo Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, (2012, p:4; e 2013 p: 2), Jackson e Deeg (2008) advertem que cada quadro institucional pode ser fruto de diferentes pontos fortes e fracos de diferentes tipos ou sectores de atividade económica, parece aconselhável escolha de um sector de atividade específico para realizar a pesquisa. Em resposta a esta sugestão, este estudo escolhe o sector de turismo por ser este, uma área estratégica e fundamental para o desenvolvimento socioeconómico em economias emergentes (Liu & Wall, 2006), entre os quais estão as periferias de uma PEID. Com base nessas ideias anteriores, neste artigo vamos tentar responder à seguinte questão de pesquisa: ¿que fatores institucionais do contexto influenciam a decisão de fundar uma empresa no sector do turismo em pequenas economias insulares e, particularmente nos Municípios de S. Filipe, Mosteiros e Santa Catarina? Para responder a esta questão recorreremos tanto aos argumentos teóricos previstas na literatura como evidências empíricas através da realização de um estudo nesses três Municípios referidos. A resposta para a pergunta que oferecemos permite-nos estabelecer novas relações sobre o impacto específico das instituições sobre a empresa que ocorre em contextos sectoriais e económicos específicos, ou seja, o sector turístico nas periferias de uma economia insular - (*e.g.*, S. Filipe, Mosteiros e Santa Catarina). Desta forma, pretendemos contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno empreendedor e, assim, a sua efetiva promoção em tais contextos. Portanto, nosso trabalho parece de particular interesse para as instâncias governamentais envolvidas no planeamento de políticas para incentivar a atividade empreendedora, para os indivíduos que desejam empreender e para os empresários estrangeiros que queiram investir no sector do turismo nestes locais (Logossah & Maupertuis, 2007; Garcia-Cabrera & Garcia-Soto, 2008; Tracey & Phillips, 2011; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012; 2013).

1.2. Estrutura do Trabalho

Para responder à questão que fundamenta a pesquisa realizada, o presente TFC está estruturado em cinco seções subsequentes à esta introdução. Inicialmente apresentamos um quadro teórico que compila concepções e conteúdos correlacionados com o objecto proposto de pesquisa, onde se destacam os pressupostos e as principais perspectivas teóricas de análise do *turistic management*, com especial ênfase nas percepções alegóricas, tais como, por exemplo, a figura do empreendedor, os mitos criados à volta do empreendedor, ao que se segue o processo de criação de empresas, a começar, desde logo, da fase do reconhecimento à da exploração das oportunidades empresariais turísticas; a seguir, analisamos os antecedentes da atividade empreendedora e o empreendedorismo a partir da perspectiva da teoria neo-institucional para, em seguida, contextualizar essa discussão, no contexto específico do da atividade empreendedora (TAE) nas periferias de uma PEID. De modo que, definindo as PEID e as periferias de uma PEID, apresentamos o Programa de Ação de Barbados (PAB) e analisamos a Estratégia das Maurícias (MSI), destacando a importância da *especialização turística* nas periferias de uma PEID. Igualmente, para levar a bom porto a nossa empreitada, identificamos os segmentos turísticos de maior crescimento nestes contextos económicos, destacando as especificidades desses territórios, tal como advogam os autores - Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, (2012 e 2013), os quais nos antecedem no estudo desta problemática, analisada ao nível macro de Cabo Verde, dos territórios insulares e do conjunto das economias emergentes. Na terceira secção, analisamos o caso dos Municípios da ilha do Fogo – *e.g.*, S. Filipe, Mosteiros e Santa Catarina- onde apresentamos a evidência empírica obtida a partir do trabalho de campo realizado nesses Municípios, justificando porque é que estes três Municípios podem vir a ser considerados um caso de sucesso nesta matéria. Na secção seguinte, formulamos as proposições da investigação que resumem a contribuição do nosso trabalho. Finalmente, segue-se a quinta secção, que por sua vez, mostra e explica a metodologia de pesquisa adotada, à qual se seguem as conclusões.

1.3. Justificação da opção temática

No contexto de territórios periféricos de uma economia insular, tal como são os três Municípios da ilha do Fogo (S. Filipe, Mosteiros e Santa Catarina), a investigação proposta justifica-se, antes de mais, pela preocupação com o desenvolvimento desses Municípios nas suas múltiplas dimensões – social, económica, cultural, política e ambiental – dimensões essas, que se

conjeturam encontrar-se suportados numa base institucional estratégica e própria à medida da característica descontinuidade de uma economia insular.

Em termos científicos, tal abordagem é relevante na medida em que a correlação entre o quadro institucional, o desenvolvimento e as mudanças consequentes que se estimam ocorrer nas Pequenas Economias Insulares em Desenvolvimento, em geral, e nas regiões periféricas dessas PEID's, em particular, (Dias Furtado *et al.*, 2013) ainda é um campo da interdisciplinaridade linear (Pombo, O., 2004), em afirmação e que carece de mais e melhor reflexão e produção teórica. Inversamente, embora a literatura sobre o Desenvolvimento seja incomensurável, este é um campo em permanente evolução e que carece de atualização permanente. Se por um lado, a maioria dos teóricos, na atualidade, vê o Desenvolvimento como um conceito relativo e que evolui ao longo dos tempos, por outro lado, sabemos que a definição e os discursos sobre o Desenvolvimento implicam reais intervenções no mundo, pelo que o seu significado exige ser continuamente discutido e não tomado como certo, sendo necessário identificar e comparar alternativas. De igual modo, apesar do forte movimento que assume o empreendedorismo, particularmente no segmento de serviços turísticos como um trampolim para o Desenvolvimento das economias insulares, alguma literatura indica carência de maiores e mais precisas observações científicas, pelo que a curiosidade científica neste domínio mantém-se avivada.

Socialmente, a abordagem desenvolvida é relevante porque pretende contribuir para melhores práticas, a educação turística e o desenvolvimento do espírito empreendedor das gentes naturais e residentes nesses citados Municípios, como forma de potencializar a criação do emprego, a inclusão, a redução da pobreza, da vulnerabilidade social, indo ao encontro dos esforços delineados no quadro de Desenvolvimento Humano.

Em termos políticos, pretende-se melhor informar os decisores políticos, através de uma reflexão sistemática apoiada na análise das práticas particulares dos Municípios da ilha do Fogo, enquanto territórios periféricos e cuja suas ligações com as demais partes periféricas do País marcadas por descontinuidade. Num momento em que prolifera entre representantes governamentais, organizações e agências de desenvolvimento, entre outros, a ideia de que o turismo pode contribuir para a redução da pobreza e promoção do desenvolvimento económico e social, é importante fundamentar tais assunções de modo a contribuir para decisões melhor informadas.

Finalmente, Consideramos que a temática concebida à sombra de uma experiência científica observacional ampla que se propunha observar a forma como a configuração tridimensional da envolvente institucional influencia a iniciativa empreendedora de uma PEID (Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013; e García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013), desponta assim em molde miniaturizado, cuja mira observacional reduz-se aos Municípios da ilha do Fogo (S. Filipe, Mosteiros e Santa Catarina), mantendo-se o escopo relacional que aponta a investigação da coautoria do Dias-Furtado, tutor de mais esta presente produção científica. Este reconfigurar de foco, comporta a intenção de precisar e produzir um documento orientador que surja como sustento de melhor averiguação aos fatores de ordem institucional que se vislumbram inibidoras ou incentivadoras à criação de novos empreendimentos turísticos.

1.4. Problemática

Vivemos em Cabo Verde, uma República soberana, unitária e democrática, que se rege por leis internas que salvaguardam o respeito pelos direitos humanos, a paz e a justiça (CRCV, 2010). Para além do seu ordenamento jurídico, o Estado de Cabo Verde vincula-se ainda às convenções e tratados internacionais sobre os direitos humanos e soberania dos povos. Tomando a vontade popular como suporte, a República de Cabo Verde assenta-se nos princípios da liberdade ideológica, da democracia política, social, cultural, religiosa e económica, da igualdade, da justiça e da solidariedade. Assim, assume-se como um estado de direito, democrático e laico.

Um Estado insular, de posição geoestratégica percebido talvez com o comércio triangular da era colonial e escravocrata, que após algumas conquistas decisivas como a independência conseguida em 1975, a abertura política em 1990, a assinatura do acordo de parceria especial com a UE em 2007, a adesão à OMC em 2008, o reforço da Integração Regional – CEDEAO e RUPs, e integrado na lista dos 10 melhores países reformadores do Mundo em 2010, Cabo Verde é hoje, em detrimento de tudo isto, observado tanto de perto como de longe sob novos paradigmas em matéria da democracia, de boa Governação, em desenvolvimento e enquanto um país emergente, potencializador de novas oportunidades de investimentos tanto para os nacionais como para os estrangeiros através do investimento direto externo que por sua vez tem demonstrado considerável crescimento.

A esse Cabo Verde que assim é hoje oficial e formalmente apresentado ao mundo, importa admitir aquilo que muitos dados, estudos e intervenções reportam, apontando que o arquipélago,

em termos de desenvolvimento, tem visto o seu progresso apoiado grandemente pelo sector terciário particularmente o subsector turístico que vem desde a última década do século XX, sendo considerado um dos sectores que mais cresce e atrai maior investimento direto estrangeiro. Pelo que o Governo de Cabo Verde, admite e designa o turismo, como motor do crescimento e desenvolvimento do País.

Diante dessa percebida mais-valia socioeconómica do sector turístico nacional e não obstante às procriações várias quer no quadro literário, institucional, do planeamento estratégico ou executivo, presumimos exigível ainda, que se atribua maiores, precisas e incisivas atenções ao sector, envoltos num processo de prospecção pragmático, integral e contundentes com as vicissitudes prementes a cada região periférica e insular do composto de uma PEID, em que particularizamos neste, o arquipélago de Cabo Verde. Assim, o intuo do investigador elege nesta, os Municípios da ilha do Fogo, como caso de observação, a intenção empreendedora no sector do turismo das suas gentes, como matéria de avaliação sob o prisma de como se tem afigurado o quadro institucional influenciador, de modo a percebermos e germinarmos os eventuais casos operantes ou inoperantes desse quadro e resultantes eventos requerentes de reparos, respetivamente.

Com base no exposto apresenta-se o seguinte problema de pesquisa:

1.4.1. Pergunta de partida

Que fatores institucionais do meio envolvente condicionam a atividade empresarial turística nas periferias de uma economia insular?

1.4.2. Objetivo geral

Em termos muito gerais, pretendemos nesta investigação, conhecer os fatores institucionais que, a grosso modo, condicionam a atividade empreendedora no sector turístico nas periferias de uma economia insular.

Ora, considerando que muitos autores – *e.g.*, Buhalis (1999); Logossah e Maupertuis (2007); García-Cabrera e García-Soto, (2008a; 2008b, 2009; 2010a; 2010b); De Mattos (2000); Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto (2012 e 2013); García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado (2013), etc., - consideram que as deficiências no quadro institucional de um certo território periférico inibem, de certo modo, a atividade empreendedora da população aí residente,

o presente trabalho é desenvolvido com o propósito de esclarecer as relações que justificam tal influência para, a partir delas, encontrar os mecanismos que permitam reverter tal situação.

Especificamente, o nosso interesse investigador reside na identificação dos fatores institucionais que permitam estimular a atividade turística em pequenas economias insulares em desenvolvimento (PEID), particularmente, ao nível subnacional, ou seja, nos Municípios da ilha do Fogo - (e.g., S. Filipe, Mosteiros e Santa Catarina), onde tal atividade pode representar uma oportunidade real para alcançar o crescimento económico e criar emprego para as suas gentes.

Deste modo, o presente trabalho pretende responder à seguinte questão de investigação: que fatores do ambiente institucional influenciam a decisão de criar uma empresa no sector do turismo nos Municípios da ilha do Fogo? Os resultados encontrados permitem estabelecer diversas proposições de pesquisa que devem ser exploradas empiricamente para melhorar a nossa compreensão do empreendimento turístico e da sua efetiva promoção em particular circunstância das periferias de uma economia insular (PEID).

1.4.3. Objetivos específicos:

Com este trabalho pretendemos alcançar os seguintes objetivos específicos:

- 1) Identificar e conhecer os fatores institucionais do contexto envolvente que criam a oportunidade empresarial nas periferias de uma economia insular.
- 2) Identificar e conhecer os fatores que incentivam ou que inibem o comportamento empresarial individual ao nível subnacional (periferias).

1.4.4. Proposições/hipóteses da investigação:

Proposição 1 - *Quanto maior é a qualidade das estruturas de regulação para o empreendimento turístico nas periferias de uma economia insular, maior será a atividade empreendedora nesse território.*

Proposição 2 - *Quanto maior for a ênfase que as estruturas normativas atribuem ao empreendimento turístico com base na qualidade do serviço nas periferias de uma economia insular, mais elevada ainda será a atividade empreendedora nesse território.*

Proposição 3 - *Quanto maior for o desenvolvimento e a difusão das estruturas cognitivas que facilitam modelos de empreendimentos turísticos que se baseiam na qualidade de serviço prestado nas periferias de uma economia insular, maior será a atividade empreendedora nesse território.*

CAPITULO 2 – DA METODOLOGIA DE PESQUISA

Segundo Behar (2008) a metodologia contém a descrição das principais decisões metodológicas adoptadas segundo o tema de investigação e as possibilidades do investigador. A clareza no enfoque e estrutura metodológica é a condição para assegurar a validade da investigação.

2.1. TIPO DE ESTUDO

A presente pesquisa é de natureza explicativa, porque antes foi feito um estudo exploratório em que foi descoberto o problema de investigação uma vez que pretendemos descrever os fenómenos expondo suas características; e buscamos justificar os motivos e explicar os fatores que podem ocasionar este fenómeno; e também propor soluções para o problema existente. “O estudo explicativo busca encontrar as razões ou causas que ocasionam certos fenómenos e seu objetivo último é explicar porque ocorre um fenómeno e em que condições esta se dá” Behar (2008, p.18).

2.2. MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO

O método de investigação utilizado para alcançar os objetivos propostos neste TFC é o método de análise qualitativa, baseado numa entrevista em profundidade, sob a forma de um questionário estruturado, com perguntas, essencialmente, fechadas, (graduadas numa escala de 1 a 5, em que 1 – significa total desacordo e 5 – total acordo), com vista a conhecer os factores institucionais do meio envolvente que condicionam a TAE no sector turístico nas periferias de uma economia insular. Por meio deste método, pretendemos inventariar e conhecer o tipo de impacto que tais factores exercem sobre o constructo TAE dos inquiridos, com o objectivo de identificar conhecer a qualidade institucional para o empreendimento turístico nos Municípios da ilha do Fogo e, assim, poder propor mudanças corretivas para monitorar as mudanças de clima no ambiente e verificar que variáveis influem que possam auxiliar os decisores nesta matéria e, também, de algum modo, contribuir para a literatura específica. Utilizaremos também o método Hipotético – Dedutivo pois a pesquisa visa analisar se a hipótese (o que neste caso, chamamos de proposições) é/são verdadeira/s ou falsa/s. E por fim o Método Histórico-Lógico para encontrar e entender os

factos que justificam a TAE e ver os antecedentes históricos referentes às questões relacionadas com a TAE nos três Municípios estudados, à data da realização do trabalho de campo nessa na ilha.

2.3. POPULAÇÃO

O universo da pesquisa será definido como o conjunto da população residente da ilha do Fogo, que ronda os 37.051 indivíduos (INE, 2010), sendo que mais de 20 mil indivíduos residentes em São Filipe, e os restantes distribuídos entre Mosteiros e Santa Catarina, que acolhe pouco menos de 5 mil. É consensual na literatura específica que “População é o todo que será objeto de pesquisa. A amostra é a parte da população que será estudada” - Behar (2008, p. 51).

2.4. AMOSTRA

A amostra, segundo Behar (2008, p. 51) “é, em essência, um subgrupo da população. Pode dizer-se que é um subconjunto de elementos que pertencem a esse conjunto definido em suas necessidades.” Decidimos pela utilização da amostra aleatória e não intencional, constituída por cem (100) indivíduos, dos quais 30 por cento eram empresários já instalados no setor turístico nos Municípios da ilha do Fogo. De entre os 70 por cento de indivíduos que declararam não ser empresários, (mais de metade declarou a intenção de que, reunidas as condições, gostariam um dia de vir a ser empresários), porque o nosso objetivo era conhecer a real TAE das populações dos três Municípios estudados.

2.5. CARATERIZAÇÃO DE VARIÁVEIS

Como se depreende de uma análise interdisciplinar, corolário de uma aprendizagem em sala de aula na disciplina Métodos de investigação em Ciências Sociais, as **Variáveis independentes** - expressam as causas de um fenómeno, que se pretende explicar, e daí serem também chamadas de **Variáveis Explicativas** do fenómeno:

- Fatores institucionais do meio envolvente (regulativos, normativos e cognitivos) que concorrem para a explicação do fenómeno que se pretende conhecer: A TAE

Por sua vez, as **Variáveis dependentes**, a que neste TFC chamamos também de CONSTRUCTO - expressam as consequências do fenómeno:

- A TAE – taxa de atividade empresarial nas periferias de uma economia insular (alta/média/baixa)?

2.6. TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS

A pesquisa será realizada através da coleta de dados, os quais serão coletados por meio da aplicação de um questionário, dirigido aos residentes dos três Municípios em estudo. Para a recolha de dados utilizamos um questionário fechado tipo escala Likert, graduada na escala de 1 a 5, que nos permitiu medir a TAE dos inqueridos, no qual oferecemos aos inqueridos 5 opções de escolha: Concordo totalmente – Concordo – Sem opinião – Discordo – Discordo totalmente. Com esses questionamentos, pretendemos conseguir dados mais ou menos fiáveis que evitem enviesamentos. O presente questionário, foi constituído por sete blocos de questões, sendo que a primeira admitia 19 respostas diferentes, as quais tinham de ser graduadas nessa escala acima referida; a segunda questão admitia 20 respostas diferentes; a terceira - doze tipos de respostas; a quarta - sete; a quinta - seis tipos de respostas; a sexta – dedicada exclusivamente aos empresários já instalados no sector turístico e a sétima – respeitante aos dados socioprofissionais dos inquiridos. Behar (2008) considera que este tipo de escala é o método mais escolhido quando se trata de preparar instrumentos para medir atitudes e é mais utilizado por causa da sua clareza e, por conseguinte, permite medir com fiabilidade.

2.7. PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÃO

Para fazer o processamento dos dados recolhidos, com vista a analisar resultados, aplicaremos o programa SPSS¹ (*Social Package of Social Science*), as informações obtidas serão convertidas em números os quais serão analisados e classificados com vista a permitir uma maior precisão.

CAPÍTULO 3 – DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. Conceito De Empreendimento Turístico

Desde logo, convém realçar a clara intenção investigadora assumida neste TFC, enraizada num constructo teórico que mescla percepções, conceptualizações científicas de maior teor

¹ IBM SPSS Statistics 20 (Version 20.0.0.0)

observacional e obras de destacados investigadores e académicos da área de *management* e, particularmente, do empreendedorismo e da economia regional, analisadas numa perspectiva comparativa. Daí que, logo à partida, temos de definir o conceito de empreendimento turístico e, no mesmo passo, caracterizá-lo, tentando conhecer, ao pormenor, todas as fases e processos desde sua instalação até chegar aos fatores críticos para sua promoção, particularmente, em zonas periféricas de uma economia insular.

Antes de mais, importa citarmos aqui e agora as percepções de Bateman & Snell (2007), para quem, por um lado que, o empreendedorismo consiste na busca de uma oportunidade rentável por um indivíduo denominado ‘empreendedor’, porque está sempre numa busca constante de oportunidades empresariais (Furtado *et al.*, 2013) e, por outro lado, que está inerentemente ligado à inovação – envolvendo a criação de um novo empreendimento que antes não existia, ou seja, envolve a concepção de novos sistemas, recursos ou processos para produzir novos produtos ou serviços e/ou atender a novos mercados (Bateman & Snell, 2007).

Antes porém, é consabido que no século XX, o mesmo sentido terá sido dado ao empreendedorismo, quando surge o investigador Joseph Schumpeter, quem arrolou novos conceitos ao empreendedorismo. Schumpeter (1982), economista que desenvolveu a teoria da “*destruição criativa*”, associou o empreendedorismo à inovação. Segundo o autor, o empreendedorismo corresponde à criação de unidades produtivas, através de novas combinações. Portanto, do ponto de vista schumpeteriana, empreendedorismo - é a forma de realizar novas combinações de recursos já existentes, na criação daquilo que inexistia. O empreendedorismo consiste em fazer inovações. Segundo o autor, as características distintivas do empreendedor é a natureza da inovação de sua atividade, e essa atividade inovadora gera o desenvolvimento económico. Ainda à essa mecânica criativa e inovadora, o mesmo autor terá antes discriminado, cinco maneiras pelas quais se podem materializar atividades empreendedoras: (1) introdução de um novo produto; (2) introdução de um novo método de produção; (3) a abertura de um novo mercado; (4) domínio de uma nova fonte de matéria-prima e (5) criação de uma nova organização ou indústria (Schumpeter, 1954).

Ainda adentro desta organização conceptual do empreendedorismo, importa também precisarmos a diferenciação que efetivamente há entre o empreendedorismo e a gestão, em geral, e entre o

primeiro a gestão de pequenas empresas. Segundo Bateman & Snell (2007: p. 224), há um diferencial marginal percebido na figura do empreendedor comparativamente com a de um gestor pelo que, além do gestor que normalmente é, um empreendedor exerce outras atividades que nem todo gestor exerce ou que foge aos procedimentos normais ou às competências centrais de um gestor:

Enquanto o gestor atua em uma hierarquia mais formal, com autoridade e responsabilidade mais claramente definidas, o empreendedor utiliza mais as redes de contatos do que a autoridade formal. Enquanto o gestor normalmente prefere possuir ativos, o empreendedor, muitas vezes, toma empréstimos ou utiliza ativos temporários. Algumas pessoas afirmam que o gestor atua de forma mais lenta e tende a não se arriscar, enquanto o empreendedor é mais ágil e arrisca mais (Bateman & Snell, 2007: p. 224).

De resto, ao longo do tempo, têm sido multiformes as abordagens desenvolvidas pelos pesquisadores, no campo do empreendedorismo, norteadas pela pluridisciplinaridade das mais distintas áreas de conhecimento nas ciências sociais. Tanto o economista, o sociólogo, o psicólogo, o antropólogo, como o administrador envolvendo todos os pesquisadores das demais ciências sociais aplicadas interessadas na investigação deste fenómeno têm a sua própria forma de definir e organizar os conceitos e formar constructos de empreendedorismo nas mais deferentes escolas, que vão desde: a escola económica, a escola sociológica e a escola comportamentalista. Entretanto, incita-se a partir daqui abordagens mais precisas sobre o empreendedorismo, sob a perspectiva destas escolas ou áreas de conhecimentos, em estudos posteriores e de enfoque mais assente na temática do empreendedorismo, dado que neste, o interesse do investigador visa essencialmente situar-se sobre as atividades empreendedoras de exploração turística.

Posto isto, os empreendimentos turísticos, como tais considerados nesta investigação, passam a merecer precisão de conceitos e catalogação tipológicas. Não obstante às observâncias teóricas acima apontadas, que se relacionam, particularmente, com atitudes dos agentes sociais e económicos coletivos e/ou individuais, promotores da oferta turística – (e. g., indivíduos particulares, empresas e organizações privadas que investem tanto em empreendimentos, produtos e serviços turísticos, como em outras atividades económicas, por um lado, e por outro, os organismos públicos que também empreendem, canalizando recursos na construção e

modernização das infraestruturas económicas de base – *e. g.*, estradas, portos, aeroportos, água, saneamento, eletrificação, assim como na execução de investimentos no domínio da saúde, da formação profissional, entre outros, de modo que se consideram ‘*empreendimentos turísticos*’, ao abrigo do novo Regime Jurídico² vigente em Cabo Verde, os estabelecimentos que se *destinem* a prestar serviços de alojamento, mediante remuneração, dispondo, para o seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares.

Ainda à luz do mesmo diploma, que estabelece o regime jurídico dos empreendimentos turísticos e que funciona como placa giratória de toda a demais regulamentação compila-se no quadro abaixo toda a variabilidade tipológica que integra os empreendimentos turísticos.

Quadro 1. Tipologias de Empreendimentos Turísticos

Tipologia	Noção
Estabelecimentos hoteleiros	São os empreendimentos turísticos destinados a proporcionar alojamento temporário e outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, e vocacionados a uma locação diária, tais como: Hotéis, Aparthotéis (Hotéis-apartamentos) e as Pousadas.
Aldeamentos turísticos	Empreendimentos turísticos constituídos por um conjunto de instalações funcionalmente interdependentes com expressão arquitetónica coerente, situadas em espaços com continuidade territorial, ainda que atravessados por estradas e caminhos municipais, linhas de água e faixas de terreno afetas a funções de proteção e conservação de recursos naturais, destinados a proporcionar alojamento e serviços complementares de apoio a turistas.
Apartamentos turísticos	Empreendimentos turísticos constituídos por um conjunto coerente de unidades de alojamento, mobiladas e equipadas, que se destinem a proporcionar alojamento e outros serviços complementares e de apoio a turistas.
Conjuntos turísticos (resorts)	Empreendimentos turísticos constituídos por núcleos de instalações funcionalmente interdependentes, situados em espaços com continuidade territorial, ainda que atravessados por estradas e caminhos municipais, linhas de água e faixas de terreno afetas a funções de proteção e conservação de recursos naturais, destinados a proporcionar alojamento e serviços complementares de apoio a turistas, que integrem pelo menos dois empreendimentos turísticos, sendo obrigatoriamente um deles um estabelecimento hoteleiro de cinco ou quatro estrelas, e ainda um equipamento de animação autónomo ³ e um estabelecimento de restauração.
Parques de campismo e de caravanismo	Empreendimentos instalados em terrenos devidamente delimitados e dotados de estruturas destinadas a permitir a instalação de tendas, reboques, caravanas ou autocaravanas e demais material e equipamento

² Draft do Novo Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos, 2010. Acessível em:
<http://www.turismo.cv/download-de-documentos>

³ Consideram-se à luz do nº2 do art.º 15.º do NRJET, equipamentos de animação autónomos: campos de golfe, marinas, portos e docas de recreio, instalações de spa, balneoterapia, talassoterapia e outras semelhantes, centros de convenções e de congressos, centros equestres, casinos e salas de jogo, kartódromos, parques temáticos, centros e escolas de mergulho ou outros equipamentos de animação autónomos admitidos nos Planos de Ordenamento Turísticos, quando couber.

	necessários à prática do campismo e do caravanismo.
Empreendimentos de turismo de habitação	Estabelecimentos de natureza familiar instalados em imóveis antigos particulares que, pelo seu valor arquitetónico, histórico ou artístico, sejam representativos de uma determinada época, podendo localizar-se em espaços rurais ou urbanos.
Empreendimentos de turismo no espaço rural	Estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural.
Empreendimentos de turismo da natureza	Estabelecimento que se destinem a prestar serviços de alojamento a turistas, em zonas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas ou em outras áreas com valores naturais, e que disponibilizem informação, equipamentos, serviços ou atividades complementares vocacionados à contemplação e desfrute do património natural, arquitetónico, paisagístico e cultural envolvente.

Fonte: Elaboração própria a partir do NRJET, 2010.

3.2. Conceito de Empreendedor

Segundo Ferreira, M. *et al.* (2010), enunciar uma definição de “empreendedor” é uma tarefa complexa dados os inúmeros elementos que se deve incluir nesse constructo. No entanto, há alguns aspetos marcantes que nos permitem compreender ao que nos referimos quando falamos de empreendedor e empreendedorismo. Estes são aspectos, em grande medida, comportamentais, tais como a novidade, a organização, a criatividade, a riqueza e o risco. Assim, se podem apontar alguns traços principais que caracterizam o empreendedor (Ferreira, *et al.*, 2010):

1. O empreendedor é aquele que toma iniciativa para criar algo novo e de valor para o próprio indivíduo e para os clientes;
2. O empreendedor tem de despender o seu tempo e esforço para realizar o seu negócio e garantir o seu sucesso;
3. O empreendedor recolhe as recompensas sob a forma financeira, de independência, recolhimento social, e de realização pessoal;
4. O empreendedor assume os riscos de insucesso do empreendimento, quer sejam riscos financeiros, sociais ou psicológicos/emocionais.

Portanto, conforme salientam Ferreira *et al.* (2010), é o sujeito que empreende, que organiza os recursos humanos, materiais, financeiros e demais recursos logísticos para pôr em marcha o seu negócio (Furtado *et al.* 2013). Nesta bravura, o empreendedor é motivado pela necessidade de atingir algo, de fazer, de realizar e de ser independente de outros.

Das várias características do ‘indivíduo empreendedor’, muitos teóricos (Ferreira *et al.* 2010; Dias Furtado *et al.*, 2013) convergindo, relevam o seguinte:

- ✓ “... são novos capitães da indústria como os principais agentes de produção e de processos industriais”. (Francis A. Walker, 1876, tradução nossa);
- ✓ “... é o homem que faz coisas novas”. (Joseph Schumpeter, 1934, tradução nossa)
- ✓ “... é aquele que ‘maximiza oportunidades’, isto é, indivíduo que cria e aproveita oportunidades empresariais. Isto implica que a eficiência é sobrevalorizada em relação à eficácia nos negócios; ou seja, a questão pertinente não é a forma de fazer as coisas direito, mas como encontrar as coisas certas para fazer, e concentrar os recursos e esforços sobre elas. ” (Peter F. Drucker, 1964, tradução nossa)
- ✓ “... é um indivíduo que possui um tipo de comportamento que inclui: 1) tomada de iniciativa, 2) a organização ou reorganização de mecanismos sociais/econômico para transformar recursos e situações para o domínio prático, 3) a aceitação de risco de fracassar. O maior recurso utilizado pelo empreendedor é ele mesmo. ” (Albert Shapero, 1975, tradução nossa).

“A empreendedora - é uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-a para detetar oportunidades de negócios. Um empreendedor que continua a aprender a respeito de possíveis oportunidades de negócio e a tomar decisões moderadamente arriscadas que objetivam a inovação, continuará a desempenhar um papel empreendedor. Um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões” (Filion, 1999).

Inicialmente, a utilização do termo empreendedor ocorreu na idade média. Segundo Hisrich e Peters (2002), o termo era usado para identificar participantes ou administradores de grandes projetos de produção. Segundo os autores, o clérigo, pessoa responsável pela construção de obras arquitectónicas, seria um exemplo típico de empreendedor. Para Ferreira *et al.* (2010), a palavra “empreendedor” provavelmente surgiu para descrever as pessoas que “assumiam os riscos” entre compradores e vendedores ou que “empreendiam” a tarefa de começar uma nova empresa. Reforçaram a ideia apontando que atualmente, é comumente usada para descrever as pessoas que perseguem oportunidades independentemente dos recursos que têm ao seu dispor e que controlam. Baseando-se nas oportunidades, os empreendedores formulam ideias viáveis de negócios e, sozinhos ou em parceria com outros, procuram implementá-las. Já, Bateman & Snell

(2007: p. 226), defendem com maior grau de precisão este aspecto, salientando que, *empreendedores* - são indivíduos que estabelecem uma nova organização sem mesmo contar com o benefício de um património corporativo; o que significa, dito de outro modo, mesmo sem contar com benefícios dela decorrentes ou susceptíveis de decorrer; neste caso, estamos perante empreendedores corporativos, que são criadores de novos empreendimentos; que trabalham em grandes empresas. A estes são chamados de intra-empreendedores, tema que deve ser abordado num outro trabalho complementar.

3.3. Mitos e/ou realidades existentes à volta da figura do empreendedor? (Análise à luz da perspectiva de Bateman & Snell, 2007)

De acordo com Ferreira *et al.* (2010), na sua obra “*Ser Empreendedor – Pensar, Criar e Moldar a Nova Empresa*”, certificaram antes de mais, que existem muitos mitos criados, neste campo, à volta da figura do ‘*empreendedor*’, personagem que, normalmente, goza de um apreciável *status* social no ambiente externo onde vive, os quais se manifestam e ganham eco na criação de determinadas barreiras psicológicas à criação de empresas (Dias Furtado, 2013).

Ei-los que são, depreendidos de uma simples observação empírica, descritos sob a sua forma mais frequente (Ferreira *et al.*, 2010):

1. “*O empreendedor nasce, não se faz*”;
2. “*Qualquer um pode iniciar um negócio*”;
3. “*Empreendedores são jogadores/apostadores que assumem riscos excessivos*”;
4. “*Empreendedores têm necessidade de protagonismo*”;
5. “*Empreendedores são “patrões” de si próprios*”;
6. “*Empreendedores trabalham muito*”;
7. “*Empreendedores são aqueles que iniciam negócios de risco*”;
8. “*Empreendedores existem apenas para os riscos*”;
9. “*Idade é uma barreira – os empreendedores são jovens e energéticos*”;
10. “*Empreendedores são motivados apenas pelo dinheiro*”;
11. “*Empreendedores procuram o poder e o controlo sobre os outros*”;
12. “*Empreendedores se tiverem talento, o sucesso chega em 1 ou 2 anos.*”;
13. “*Qualquer pessoa com uma boa ideia pode enriquecer.*”;
14. “*Tendo dinheiro é fácil falhar*”;

15. “Empreendedores sofrem de stress”.

Segundo os mesmos autores (Bateman & Snell, 2007; Ferreira *et al.*, 2010), um mito comum é que *os empreendedores nascem, não se fazem*. Este mito notifica e pontualiza que ser empreendedor nasce com a pessoa, isto é, que os empreendedores são natos, nascem para o sucesso. Porém, este mito é baseado numa crença que falseia a realidade, admitindo que algumas pessoas são genética ou intrinsecamente predispostas a ser empreendedoras, dado que na realidade, ninguém nasce para ser um empreendedor, mas antes toda a gente tem potencial para ser empreendedor. Assim, se algumas pessoas se tornam, ou não, empreendedores tem a ver com o ambiente, experiencias de vida e recolhas pessoais, pelo que Ferreira *et al.* (2010), reforçaram este pensamento sublinhando que, para se ser um empreendedor de sucesso é fundamental o desenvolvimento e a acumulação de habilidades, experiencias e contatos relevantes e aprimorar a capacidade crítica e de análise que permitam “ter visão” e “agarrar” oportunidades.

Outro mito também muito comum é aquele que se refere à predisposição dos empreendedores quanto à assunção de riscos – *os empreendedores são jogadores que assumem riscos excessivos*. Segundo Ferreira *et al.* (2010), este mito exprime pouca verdade porquanto os empreendedores assumem seguramente riscos, mas são riscos controlados. Tendo observados que com um bom estudo de mercado, um bom modelo de negócio, um financiamento equilibrado, uma estratégia viável e com parceiros conhecedores da indústria e mercado, os empreendedores reduzem grandemente os potenciais riscos de um novo negócio. Assim, a maioria dos empreendedores são tomadores de riscos (*risk takers*) moderados. É possível que este estereótipo de empreendedor tenha origem no fato de os empreendedores terem empregos pouco estruturados, pelo que encaram maior incerteza do que pessoas em empregos tradicionais. Mas, note que muitos empreendedores são empurrados para a atividade empreendedora pela necessidade, pelo que nem sequer muito providos estão quer sejam de bens, quer seja de capital social para arriscar. Por fim, o fato, é que muitos empreendedores têm, efetivamente, uma vontade de atingir algo, de realizar, de conseguir e este tipo de ambição e comportamento é, facilmente, visto como propenso ao risco, reforçaram dilucidando de onde pode ter emergido essa caracterização mitológica desajustada, é certo, do sujeito empreendedor que em vez de avesso ao risco é visto como quem muito propenso está ao risco (Bateman & Snell, 2007).

O mito segundo o qual, os empreendedores são “*patrões*” de si próprios – nasceu num contexto em que muitos deles são considerados “*lobos solitários*” por não conseguirem trabalhar em equipa; com efeito, se bem analisadas as coisas, conclui-se que esta catalogação não tem uma base real; não corresponde com a realidade; é que, segundo Ferreira *et al.* (2010), isto não passa nada mais do que um mito, na medida em que os empreendedores tendem a perseguir objetivos ambiciosos e estão dispostos a trabalhar fortemente para os atingir, mas também tendem a ser bons líderes e a conseguir criar uma equipa motivada e empenhada no sucesso da empresa/organização e, para tanto, estão condenados a captar a colaboração empenhada dos trabalhadores (Dias Furtado *et al.*, 2013). De modo que, os empreendedores precisam, a todo o tempo, desenvolver um excelente relacionamento com todos os seus *stakeholders*.

Há ainda mais dois mitos que merecem o nosso reparo; o primeiro, é o mito que classifica os empreendedores como sujeitos primordialmente motivados pelo dinheiro. Na desmistificação deste, admitimos a ideia de que apesar de ser paradoxal pensar que os empreendedores não procuram recompensas financeiras, raramente é o dinheiro, aquilo que constitui razão principal pela qual estabelecem as suas empresas. Porém, o objetivo mais frequente perseguido por um empreendedor é normalmente - a realização pessoal, a independência e a liberdade na gestão do seu tempo e da sua vida. No que se refere ao segundo mito, o qual admite que ‘*a idade é uma barreira: os empreendedores devem ser jovens e energéticos*’, convém desmistificar isto já; ora, é consabido que o “empreendedor médio” terá entre 35 e 45 anos, e alguns anos de experiência profissional numa grande empresa. Apesar de ser importante ser-se energético, até pela própria confiança que inspira junto dos investidores, o que mais inspira confiança na segurança do investimento é a experiência, a maturidade, a reputação sólida e um histórico de sucesso. Assim, raramente os empreendedores são excessivamente jovens e, pelo contrário, estes critérios tendem mesmo a favorecer empreendedores mais velhos, e não mais novos (Ferreira *et al.*, 2010). O outro mito, também muito vulgar é o de que: ‘*os empreendedores nascem, não se fazem*’; Bem, isto também é falacioso, dado que pode-se, com trabalho prévio, formação direcionada, políticas públicas favoráveis criar-se, educar-se indivíduos com uma cultura empreendedora (Dias Furtado *et al.*, 2013). E, a despeito disto, se justificam muitas políticas públicas de promoção ao empreendedorismo jovem têm falhado, justamente, por desconsideração dos factores condicionantes do empreendimento num dado território, particularmente de uma economia insular (Dias Furtado *et al.*, 2013; Buhalis, 1999; Logossah e Maupertuis, 2007).

3.4. Processo de criação de empresas: o reconhecimento e a exploração de oportunidades

Chegados a este ponto, esta reflexão leva-nos a propor uma nova questão que devemos enfrentar para avançar nossa análise, a saber: ‘*o que significa o reconhecimento de uma oportunidade de negócio?*’ Na perspectiva de Baron (2006), podemos entender que o reconhecimento de uma oportunidade de negócio é um processo cognitivo em que o indivíduo, por exemplo, através de – 1) sequencias de comando mentais, 2) sequências de comando de vontade e 3) sequências de comando de capacidade (Mitchell *et al.*, 2000) – em combinação com certas características, tais como, o sistema institucional (regulativo, normativo e cognitivo), o sistema financeiro, o sistema de ensino e as relações comerciais entre os agentes económicos (Lim *et al.*, 2010; Dias Furtado *et al.*, 2013) - o que permite ao indivíduo identificar, encontrar ou criar um oportunidade de negócio (Baron, 2006). Portanto, a oportunidade de negócio pode ser definida, em resposta a esta fase inicial do processo empreendedor, como o surgimento da ideia, a partir da fase de reconhecimento de oportunidade empresarial com fins lucrativos, consubstanciado em: oferta de um novo produto ou serviço no mercado, melhorando um produto ou serviço já existente ou introduzindo um novo produto, serviço, método ou tecnologia de produção; imitação de um produto ou serviço existente num mercado saturado ou introdução de novo processo tanto na fase de produção, como na de distribuição ou comercialização (Yilmaz e Ergun, 2008, Garcia-Cabrera e Garcia- Soto, 2009, Webb et al, 2009). São identificados, por isso, na conceituação da oportunidade, três aspectos importantes: o potencial de rentabilidade, a novidade e a aceitabilidade moral e legal do novo produto ou serviço na sociedade (Dias Furtado *et al.*, 2013).

Uma vez esclarecido o conceito de oportunidade de negócios, somos capazes de analisar as fases do processo empreendedor. Neste contexto, pode -se notar que há um forte consenso na literatura e na prática empresarial sobre a sequência de passos a serem tomadas no processo de criação de empresas (García- Cabrera e Garcia- Soto (2009:168-171) o processo se inicia com a identificação da oportunidade de negócio que inclui três fases distintas (Ardichvili *et al.*, 2003): 1) percepção de oportunidades, 2) descoberta e 3) criação de conceito de negócio. Estes tópicos são acompanhados por uma avaliação contínua que permite ao empreendedor questionar e avaliar as oportunidades empresariais em diferentes fases do processo (Figura 1).

Fig. 1 - Processo de empreendimento



Fonte: Dias-Furtado, Tesis Doctoral, 2013.

A **percepção da oportunidade empresarial** - é o reconhecimento por parte de um indivíduo da existência de oportunidades empresariais ou de necessidades, não satisfeitas ou de recursos subutilizados no mercado, que podem ser distribuídos de forma mais eficiente. Estas oportunidades podem ser percebidas por alguns indivíduos que mostram uma sensibilidade e atenção especiais a respeito delas (Fletcher, 2006; Dias Furtado *et al.* 2013).

A **descoberta da oportunidade empresarial** - é a fase em que o indivíduo analisa a atual oferta no mercado, em termos de recursos utilizados pelas empresas/organizações, produtos e/ou serviços oferecidos no mercado ao seu público-alvo a que se dirige. Isso permite que você investigue novas combinações geradas de forma mais eficiente e/ou agregar valor à forma de prestação no mercado. Assim, esta subfase compreende-se como o processo de reconhecimento de uma ideia, em que surgem novas combinações ou alternativas de processos produtivos interessantes que despoletem numa inovação ou numa nova tecnologia (Lumpkin, 2005).

A fase de **criação do conceito de negócio** - corresponde com o momento de reconhecimento da melhor solução para atender às necessidades do mercado (Vohora *et al.*, 2004). Esta solução ideal inclui uma recombinação de recursos, a fim de criar uma vantagem competitiva superior à atualmente existente no mercado, disponibilizando produtos e/ou serviços de alto valor acrescentado no mercado (Dias Furtado, 2013). A melhor solução encontrada pelo empreendedor pode variar desde uma reestruturação suave, com vista a fornecer produtos e/ou serviços no mercado de qualidade superior à atualmente existente, e vai até à introdução de uma inovação radical, caso se justifique (Ardichvili *et al.*, 2003). Por conseguinte, há que ter em consideração, que esse último aspecto não se afigura fácil lograr, dado que poderia, por um lado, impedir aos

empresários-nascentes/entrantes a possibilidade de competirem no mercado, já na fase de sua entrada, com rivais já estabelecidos (Atuahene-Gima *et al.*, 2006), enquanto, por outro lado, isso traria maiores riscos relacionados com a possível aceitação da inovação radical pelos consumidores (Thukral *et al.*, 2008; Dias Furtado *et al.*, 2013).

3.5. Fatores Institucionais do Empreendedorismo Turístico nas Economias periféricas

Segundo autores notabilíssimos, tais como: Low e MacMillan (1988), Buhalis (1999), Logossah e Maupertuis (2007), García-Cabrera e García-Soto (2008), Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, (2012; 2013) ou García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado (2013), o termo *empreendedorismo*, no campo da gestão, refere-se à ação de criar uma nova empresa isto é, o processo pelo qual um indivíduo acede a uma ideia de negócio e organiza os recursos necessários para aproveitá-la assumindo com ela um risco económico, a fim de obter benefícios, neste caso, no sector turístico (Buhalis, 1999; Kreiser *et al.*, 2010). A investigação realizada no domínio do empreendedorismo tem mostrado que o ambiente exerce diferentes tipos de pressões que há ocasiões em que incentivam e outras em que inibem o comportamento empreendedor (Urbano *et al.*, 2007; Webb *et al.*, 2009; Puffer *et al.*, 2010). O referencial teórico utilizado em muitos desses estudos é a teoria neo-institucional (Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013; García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013), abordagem a que também nos recorreremos para compreender os efeitos do ambiente institucional sobre o empreendedorismo turístico ao nível sub-nacional no contexto de uma economia insular.

As instituições correspondem-se com limitações humanas que representam as regras do jogo de uma sociedade. Essas regras proporcionam estrutura e ordem para as relações e as trocas que ocorrem entre os agentes tomadores de decisões no mercado (North, 1990, 2005). Para as organizações e empresas, de acordo com esta teoria, é o papel dos jogadores. Assim, a diferença que existe entre instituições e organizações está no que diferencia os jogadores das próprias regras do jogo que está sendo jogado (Diaz-Aunión *et al.*, 2010) e que determinam os custos de transação e, por fim, a viabilidade da realização de uma atividade económica com fins lucrativos. Baseado nessas abordagens, o tipo de organização que se crie dependerá das oportunidades oferecidas pelo quadro institucional (García-Cabrera e García-Soto, 2008; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013; García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013).

As instituições podem ser formais, por exemplo, as leis, as normas jurídicas, ou informais, por exemplo, valores culturais (Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 201; García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013) e são transportados através de diferentes veículos que Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013; García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado (2013) classificam em três pilares ou dimensões: regulativa, normativa e cognitiva. A dimensão regulativa inclui as leis, regulamentos, normas e políticas formuladas pelo governo a fim de promover certos tipos de comportamento e restringir outros (García-Cabrera e García-Soto, 2008; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013; García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013). Estas instituições são impostas através de pressões coercitivas e através delas se verifica a conformidade do comportamento com as leis, de modo que as empresas obtêm a legitimidade na sociedade, se operar de acordo com as normas estabelecidas por lei e operando de outra forma são penalizados (Trevino et *al.*, 2008, Tracey & Phillips, 2011).

A dimensão normativa, por sua vez, inclui as normas, valores e crenças sobre o comportamento humano admissível. Instituições normativas não só definem as metas ou objetivos socialmente aceitáveis, por exemplo, obtenção de lucros, mas também formas adequadas para buscar a sua realização, por exemplo, práticas de ética nos negócios (Huang & Sternquist, 2007; García-Cabrera e García-Soto, 2008; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 201; García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013). O mecanismo normativo prioriza as crenças morais e obrigações interiorizadas como a base da ordem social. Sob esta concepção de Scott (1995), o comportamento do empregador é orientado não só pelo interesse próprio dele, mas também pela consciência social e por um desejo de comportar-se adequadamente de acordo com as expectativas e padrões de conduta assimilados, o que é conhecido como pressão normativa (Fernández-Alles & Valle-Cabrera, 2006). Os incentivos que essas pressões normativas oferecem ao indivíduo inclui tanto, recompensas extrínsecas, por exemplo, aceitação e legitimidade social - como intrínsecas, por exemplo, o respeito pelos seus princípios morais. Estes controles normativos tendem, devido a esta base moral, a ser interiorizados pelos indivíduos em maior medida do que os controles regulativos (García-Cabrera e García-Soto, 2008; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013; García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013).

Finalmente, a dimensão cognitiva reflete o conhecimento económico-empresarial compartilhado por organizações e indivíduos em um determinado território, e inclui decisões e modelos organizacionais que têm sido implementados com sucesso por outras organizações, quer sejam ou

não do mesmo sector de atividade (Lu, 2002; García-Cabrera e García-Soto, 2008; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013; e García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013); são estruturas e conhecimentos que são dados por consolidados e, portanto, não se questionam, apenas são adotados por outras empresas que enfrentam situações semelhantes (Scott, 1995). Esses elementos contêm esquemas válidos que auxiliam o tomador de decisão, frente a um certo nível de incerteza, a escolher entre alternativas possíveis (Lu, 2002; Veciana & Urbano, 2008; García-Cabrera e García-Soto, 2008; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013; García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013). A dimensão cognitiva enfatiza que a legitimidade resulta da adoção daquelas decisões adotadas por organizações que são tomados como referência, de modo que esta pressão mimética induz a imitar os comportamentos anteriores. Assim, essas pressões oferecem como incentivos o sucesso das decisões tomadas ou a sua aceitação pelos outros atores por se terem convergido às práticas empresariais comuns (García-Cabrera e García-Soto, 2008; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013; García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013).

Para os teóricos institucionais, a dimensão cognitiva contém os elementos da dimensão normativa, sendo ambas as dimensões reforçada pela dimensão regulativa (Veciana & Urbano, 2008). Assim, as instituições estão interligadas e se reforçam para condicionar o desempenho dos indivíduos e organizações estabelecidas em um território, dificultando-se assim a sua transformação. Ora, a teoria neo-institucional enfatiza a capacidade dos agentes para influenciar as regras do jogo, o que lhes atribui portanto o papel de protagonistas na produção de uma mudança institucional (North, 1994; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto (2012 e 2013) e García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado (2013).

Nesta tarefa pode ser chave o trabalho dos atores políticos, através das suas decisões individualizadas e baseadas na autoridade formal que a legislação lhes fornece, podem promover a mudança institucional atuando em instituições que influenciam as atitudes da população para a criação de empresas e o tipo de empresas que criam e a sua progressão ao longo do tempo (Urbano *et al.*, 2007; García-Cabrera e García-Soto, 2008; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013; García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013). Enquanto os atores políticos influenciam fundamentalmente as instituições de natureza regulativa, através de suas decisões podem também lançar as bases para o desenvolvimento das instituições de carácter normativo e cognitivo que um território precise para fomentar o empreendedorismo. Aqui a

questão principal consiste então, em identificar quais as instituições específicas são aquelas que permitem desenvolver o empreendedorismo no sector do turismo nas periferias de uma PEID (García-Cabrera e García-Soto, 2008; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013; e García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013). Para avançar nesta linha, na próxima seção passamos a definir e caracterizar as periferias de uma PEID e a importância que o sector turístico pode ter sobre elas, estabelecendo assim as bases para depois identificar as instituições que podem ser mais adequadas nelas, com vista a incrementar a atividade empreendedora.

3.6. Desenvolvimento de Economias/Zonas ou territórios periféricos: *Convergência ou Divergência?*

A discussão sobre os modelos de desenvolvimento económico nas zonas ou territórios da periferia de um continente, de um país ou até de uma região ou de uma ilha, começou a ganhar maior força e interesse nas Academias, a partir dos trabalhos dos *Keynesianos e Post-keynesianos* - (Harrod, 1939; Domar 1946; Kaldor, 1956, etc.), dos *Neoclásicos*, defensores da *Teoria De Crescimento E Mobilidade Dos Factores* - (Toral Arto, 2005; Solow, 1956; Sala-i-Martin, 1994 e dos célebres advogados da *Teoria De Sistemas Nacionais De Inovação* (Freeman, 1988; Lundvall, 1988; Nelson 1988, West III *et. al.*, 2008, etc.), mas a questão ganhou particular destaque e interesse a partir do trabalho de De Mattos (2000) que versa sobre ‘*Nuevas teorías del Crecimiento Económico: Una lectura desde la Perspectiva de los Territorios de la Periferia*’, onde o autor pretende tornar inteligíveis as ‘**desigualdades inter-regionais, investigando duas perspectivas de análise, a que chamou - ‘Convergência ou Divergência?’**

Com efeito, o desenvolvimento económico deve ser entendido como crescimento económico de um certo território mais o nível de distribuição de renda que nele se faz (Juárez, 2007). Por outro lado, o crescimento implica um incremento de bens e serviços produzidos durante um certo período de tempo, com especial enfoque mais na quantidade dos mesmos do que na qualidade daquilo que se produz. Normalmente, diz-se que há crescimento económico quando as quantidades de um determinado bem ou serviço se incrementam em relação a um período *t* (de tempo) sem se importar sobre a sua qualidade (De Mattos, 2000; Juárez, 2007; Dias Furtado *et al.*, 2012).

Não obstante, desenvolvimento económico, na perspectiva da TCE (Teoria do Crescimento Endógeno – um dos modelos mais avançados da ideologia económica neoliberal favorável à

convergência inter-regional (*e. g.*, Acs e Varga, 2002; Varga e Schalk, 2004; Valliere e Petterson, 2009) - baseada na economia participativa, com integração das OCB's, associações, agremiações, ONG's, etc., propícia à convergência inter-regional, porque integra o poder local) depende, essencialmente, da conjugação de três ordens de factores, a saber: 1) capital físico, 2) capital humano e 3) conhecimento. As periferias de uma economia insular, analisadas a partir deste ponto de vista, caracterizam-se por possuir um relativamente menor nível de fertilidade territorial inicial⁴, quando comparadas, *p. e.* com as economias avançadas (De Mattos, 2000) em termos de desenvolvimento sustentado a longo prazo, devido à sua: a) falta de capital físico (infraestruturas social, económica e industrial); b) insuficiente capacidade tecnológica e c) fraca capacidade de inovação e, por conseguinte, fraca capacidade de beneficiação de *learning by doing* (Dias Furtado *et al.*, 2013).

Portanto, seguindo na perspectiva de De Mattos (2000), pode dizer-se que desde o momento em que o problema das desigualdades de desenvolvimento socioeconómico existentes entre diferentes regiões de um mesmo território nacional passou a ser objeto de preocupação e estudo, se congeminou uma controvérsia ainda não resolvida inconclusa sobre se o crescimento provocava a atenuação ou a acentuação dessas desigualdades; por outras palavras, se o crescimento desencadearia tendências para a convergência ou para a divergência dos respectivos indicadores de renda e bem-estar.

Existem varias Teorias e abordagens teóricas e perspectivas de análise que fornecem elementos de juízo para compreender os alcances da evolução vivida nos períodos acima referidos e para analisar as suas implicações nos índices de renda e de bem-estar das populações residentes nas regiões periféricas, das quais, destacamos, para os efeitos deste TFC, o Modelo de Crescimento Endógeno (MCE), o qual tem como principais defensores - Nijkamp y Poot, (1998); Romer, (1990); Acs y Varga, (2002); Varga y Schalk, (2004); Valliere y Peterson, (2009); Dias Furtado *et al.*, (2013), pelas razões acima apresentadas e resumidas no Quadro nº1 seguinte:

⁴ : Da Teoria de causalidade circular acumulativa de Gunnar Myrdal (1898-1987), para quem a vantagem competitiva que os países e territórios mais desenvolvidos levam sobre os outros, se justifica justamente, pelo facto de estes disporem de capital físico, capital humano e conhecimento, muitas vezes adquiridos, por conta de processos históricos iníquos de domínio e ocupação.

Quadro 2 - Modelo de Crecimiento Endógeno

Modelo de Crecimiento Endógeno (MCE)	El capital físico, el capital humano y los conocimientos son factores que garantizan el crecimiento a largo plazo, explicado endógenamente en función de expectativas de ganancia. Rendimientos crecientes y externalidades. Énfasis en el capital humano.	La convergencia económica es asegurada por el libre juego de las fuerzas de un mercado controlado por el Estado, a través de políticas económicas orientadas a impulsar el desarrollo regional y local. Sí a la convergencia económica interregional.
--	---	--

Fonte: Dias Furtado *et al.*, 2013

3.7. Os Condicionantes Do Empreendedorismo Turístico Nas Periferias De Uma Economia Insular

As regiões subnacionais de uma PEID⁵ são pequenas e vulneráveis economias insulares (Logossah & Maupertuis, 2007), que no caso concreto de Cabo Verde e no âmbito deste estudo, se correspondem, principalmente, com os Municípios da ilha do Fogo (*e.g.*, *S. Filipe, Mosteiros e Santa Catarina*). Com efeito, segundo Logossah e Maupertuis (2007); Dias-Furtado, García-Cabrera e García-Soto (2012 e 2013) e García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado (2013), estes espaços económicos são economias em desenvolvimento ou melhor, incluídas dentro do grupo dos chamados países menos avançados (PMA) ou daqueles de crescimento médio (PRM), tal como Cabo Verde. Desta feita, o nível de desenvolvimento socioeconómico sustentável dessas regiões depende e, muito, da implementação do chamado “Programa de Ação de Barbados” (PAB, 1994) e da Estratégia de Maurício (MSI, 2005), que são programas que defendem um tratamento especial e diferenciado da parte da comunidade internacional, sobretudo as instituições de *Bretton Woods*, a estes territórios. Neste sentido, esses países caracterizam-se por processar no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), um sistema de comércio multilateral mais equilibrado e justo que permita a realização de dois objetivos em matéria de sustentabilidade relacionados com os programas anteriores: (1) o estabelecimento uma ligação clara entre o comércio e o desenvolvimento socioeconómico baseado na transparência e integração real das PEID no processo de tomada de decisões sub-regional e global (PAB, 1994), e (2) o estabelecimento de uma aliança global contra as alterações climáticas e a mitigação dos seus

⁵ Por exemplo, Cabo Verde, Barbados, Belize, Cuba, Dominica, Fiji, Guiana, Haiti, Jamaica, Papua Nova Guiné, São Cristóvão e Nevis, Ilhas Maurícias, St. Lucia, St. Vincent e Granadinas, Seychelles, Ilhas Salomão, Suriname, Trinidad e Tobago, Vanuatu, etc. Além disso, para várias características e/ou desafios que enfrentam, têm essa consideração Chipre e Malta. Finalmente, as ilhas gregas ultraperiféricas, Francesas, Espanholas ou Portuguesas também são considerados de certa forma de PEID (Bughalis, 1999; Logossah e Maupertuis, 2007).

efeitos baseada na criação de capacidade de adaptação e resistência desses territórios aos riscos de desastres naturais (MSI, 2005; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013; García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013).

O PAB, mais particularmente, é concebido em Barbados, em 1994, e aprovada pela Resolução 47/189 da ONU. Inclui 14 blocos de ações específicas que devem ser desenvolvidas para enfrentar os desafios que enfrentam os territórios das PEID: as alterações climáticas e a elevação do nível do mar, as catástrofes naturais e ambientais, a gestão de resíduos, recursos costeiros e marinhos, os recursos de água doce, terra, de energia, de recursos turísticos e de biodiversidade, as instituições nacionais e a capacidade administrativa, ou o desenvolvimento de recursos humanos, entre outros (Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013; García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013). Portanto, no PAB estão incluídas várias áreas sectoriais devem ser incentivadas e de entre os quais destacamos aqui o turismo e o desenvolvimento institucional, por serem os que captam a atenção deste projeto de pesquisa. Estas áreas consideradas prioritárias devem merecer estratégias específicas a nível nacional, regional e internacional a curto, médio e longo prazo, a fim de tornar possível o desenvolvimento sustentável das PEID's (PAB, 1994). Assim sendo, uma vez que as circunstâncias que existiam quando foi aprovado o PAB mudaram – por exemplo, recursos financeiros mais limitados, diminuição da ajuda oficial de desenvolvimento, em Janeiro de 2005 definiu-se a estratégia da Maurício (MSI, 2005), aprovado pela Resolução A/57/262 da ONU. Esta nova resolução, a fim de tornar possível a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio nas PEID, adiciona cinco áreas de atuação às que já se encontravam estabelecido: graduação dos países menos desenvolvidos, comércio, produção e consumo sustentável, saúde e gestão do conhecimento e da cultura (Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013; García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013).

Quanto às suas características específicas, com destaque para as limitações das PEID's para beneficiar dos efeitos positivos das economias de escala, devido ao seu isolamento e afastamento dos continentes e, por fim, dos principais mercados de produção (Buhalis, 1999; Costa et al 2004; Logossah & Maupertuis, 2007). São inúmeros os efeitos destas limitações para a economia das PEID: (1) elevados custos logísticos, ou seja, transporte, armazenagem e comunicação, (2) reduzida capacidade de competitividade externa de bens, produtos e serviços, e (3) reduzida capacidade para atrair investimento direto externo - IDE (Brewer et al., 1990; Dias-Furtado,

Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013; e García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013). Com base nestes fatores, a atividade industrial baseada na produção de bens comercializáveis realizada nesses territórios sofre da falta de competitividade. Isso ocorre porque a distância das fontes de matérias-primas e dos centros de consumo traduz-se em elevados custos logísticos que tornam os produtos mais caros e, conseqüentemente, inviabiliza a comercialização dos mesmos. Estas limitações económicas geram uma maior vulnerabilidade social nos SIDS. Como consequência, De Mattos (2000) observa que, nas periferias de uma PEID é normal um atraso no nível de desenvolvimento que é acompanhada de uma insuficiente capacidade tecnológica e baixa inovação, bem como uma falta de capacidade para beneficiar do efeito de aprendizagem, por exemplo, aprender fazendo - (Logossah & Maupertuis, 2007). Tudo isso faz com que essas economias sejam dependentes do exterior.

Dentro deste quadro de limitações da atividade produtiva, a especialização turística representa uma oportunidade para o desenvolvimento económico e social das PEID (Buhalis, 1999; Logossah & Maupertuis, 2007, OMT, 2012), sendo tal atividade sectorial já destacada no PAB (1994). A especialização do turismo, em precisamente, deve ser entendido como um *cluster*⁶ de atividades caracterizadas por possuírem taxas relativamente altas de crescimento económico como resultado da atividade empreendedora turística, isto é, da criação de empresas que têm lugar neste sector. A escolha desta estratégia de desenvolvimento parece bem adequada devido à forte dotação natural dos recursos turísticos nestes territórios (OMT, 2012). Esta disposição confere às PEID's um valor agregado diferenciador em comparação com destinos alternativos que competem na base dos tradicionais quatro "s", ou seja, mar (sea), areia (sand), sol (sun) e sexo (sex), o que lhes permite diferenciar-se destes (Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, (2012 e 2013); De Sousa *et al.*, 2013; García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado (2013), mediante a oferta do ecoturismo – sob a forma de observação de aves, de baleias, o turismo cultural, por exemplo: a riqueza e a diversidade cultural da sua população, ou o turismo de montanha, como por exemplo, paisagens deslumbrantes, clima, vulcões, entre outras atividades indicadas no Quadro 1.

⁶ Geographic concentrations of interconnected companies, specialized suppliers, services providers, firms in related industries and associated associations- (*e.g.*, universities, standards agencies, trade associations) in a particular field that compete but also cooperate. Michel Porter, (1990).

Deste modo, é pois não de se admirar, portanto, que o turismo já representa atualmente um eixo estratégico chave para o desenvolvimento socioeconómico desses territórios (Buhalis, 1999; Logossah & Maupertuis, de 2007, a OMT, 2012; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, (2012 e 2013); García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado (2013). Alguns exemplos incluem lugares como Santa Lucia (75% das exportações FOB) Antígua e Barbuda (61%), Maldivas (58%), Seychelles (56%), Barbados (55%), Samoa (51%), Cabo Verde (15,9% do PIB e 99% dos fluxos de IDE) segundo a OMC (2002) e a World Travel and Tourism Council (WTTC, 2008).

Quadro 3 - Subsectores turísticos em crescimento nas periferias de uma PEID e respetivas características

Tipos	Principais características
Turismo cultural	Caracterizado pelas “4 E”: Educação (cultura, história e património), Eventos, Entorno (ambiente) e Entretenimento.
Turismo de Eventos fixos, sazonais e de oportunidade	Atividades programadas regularmente (eventos fixos), sazonais desenvolvidos a nível regional e de oportunidade com base nas tendências de mercado.
Turismo de megaeventos	Grandes eventos culturais, desportivos e religiosos que, por suas características internacionais, catalisam a atenção nacional e um grande fluxo turístico internacional.
Turismo temático	Espaços de recreação com instalações, serviços e equipamentos específicos que reproduzem artificialmente sons da natureza, da cultura, da tecnologia e onde fazem projeções futuristas.
Turismo étnico-histórico-cultural	Navegando pela motivação dos grupos étnicos locais e regional, e também o legado histórico e cultural de sua ancestralidade comum.
Turismo religioso	Visitas às casas, monumentos e locais históricos, carregados de simbolismo religioso e cultural: peregrinações, compra e venda de arte sacra, artesanato, visita ao património tradicional como catedrais, museus, templos, etc.
Turismo cívico-institucional e turismo urbano	Conhecimento do património tradicional: instalações e monumentos patrióticos e municipais com relevância histórica para a formação do ethos cultural dos países (por exemplo, paisagem urbana e património arquitectónico e emblemático, museus, desporto, arquitetura, hotéis, edifícios de escritórios e palácios justos e de congressos, etc.
Turismo internacional de negócios	Cimeiras, reuniões de negócios (por exemplo, de direção, gestão da força de vendas), viagens de incentivos, exposições e feiras, bem como conferências, workshops e oficinas.
Turismo rural y turismo agro-industrial	Visitas a instalações e a processos agro-pecuárias, agro-industriais e pecuário-industriais. Quanto ao atracção rural têm-se: montanhas, clima e paisagens rurais,

	edifícios rurais, caminhadas, escaladas, etc.
Ecoturismo y turismo esotérico	Visitas às cidades que oferecem experiências e vivências únicas, como por exemplo dos vulcões.
Turismo de guerra e/ou histórico	Visitas aos memoriais de guerra, máquinas histórico militar, espólios / legados históricos de guerra ou campos de batalhas militares e concentração criminal.

Fonte: Elaboração do autor a partir de Costa *et al.* (2004) e Carvalho (2012)

O crescente reconhecimento do turismo como estratégia de desenvolvimento económico se reflete num elevado número de planos turísticos elaborados nas últimas décadas em diferentes territórios. Isso ocorre porque o desenvolvimento bem-sucedido do sector turístico está condicionado pelo desenvolvimento de um processo de planeamento adequado levando a desenvolver os recursos críticos para competir (Liu & Wall, 2006; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012; 2013). Na verdade, de acordo com Costa *et al.* (2004) e Liu e Wall (2006), tendo como referência o ano de 1980, a OMT tinha sido capaz de construir um inventário de mais de 1.600 planos de desenvolvimento turístico. Estes planos visam abordar geralmente 15 diferentes temas relacionados com o papel do turismo no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento, bem como a planificação específica dos subsectores turísticos - por exemplo, o turismo rural, o turismo social, turismo religioso, turismo de saúde, etc.

Com efeito, segundo alguns autores, tais como Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, (2012 e 2013) a planificação feita para promover a atividade turística não tem sido sempre acompanhado pelo alcance dos resultados positivos esperados, tanto quanto o desenvolvimento do sector e da atividade económica no território em causa. Esta dissonância tem sido atribuída à falta de participação da população local nos benefícios gerados pela indústria ou a falta de formação em recursos humanos que prestam serviços neste sector (Liu & Wall, 2006; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013; e García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013), entre outros. Além disso, dado que as PEID possuem importantes singularidades, por exemplo, as economias pequenas estruturas vulneráveis, isolamento, faltas de desenvolvimento socioeconómico requerem planos especiais destinados a desenvolver as capacidades humanas e institucionais necessárias para o desenvolvimento do turismo (UNCTAD, 2010).

Dado que o sucesso de especialização turística de um território depende da explosão da atividade empresarial que garanta a oferta de vagas de alojamento, restauração, entre outros (Dias-Furtado,

Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012; 2013), o nosso trabalho pode dar um contributo significativo neste sentido, ao permitir a identificação dos fatores institucionais do ambiente empresarial que influenciam diretamente na decisão de criação de empresas turísticas nas periferias de uma economia insular (PEID). Os resultados que alcançamos podem, mais particularmente, orientar a atividade de planeamento estratégico que é realizada pelas autoridades competentes nesses territórios, conforme indicam Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto (2012; 2013) e García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado (2013), com o propósito de garantir o desenvolvimento daquelas qualidades que tornam viável a ‘especialização turística’ desses territórios.

CAPÍTULO 4 – ESTUDO DE CASO: OS MUNICIPIOS DO FOGO COMO PERIFERIAS DE UMA ECONOMIA INSULAR

Em função da natureza multifacetada e multidisciplinar do turismo, constitui quase que uma obrigação, avaliar transversalmente o turismo por via de abordagens económicas, sociológicas e geográficas, bem como com recurso a análises interdisciplinares e sistémicas (Eusébio, 2006 *apud* McIntosh & Goeldner, 1986). Perspectiva essa, reforçada por Leiper (1993) citado por Eusébio (2006), observando que, os economistas interpretam o turismo, essencialmente, pelos seus resultados económicos e veem o turismo como uma indústria⁷, os profissionais de Marketing como um mercado⁸, os ambientalistas enfatizam, principalmente, os impactos ambientais e considerando-o como um sistema integrado⁹, os cientistas sociais tendem a referir a dimensão humana dos turistas como o fator central¹⁰.

O turismo representa portanto, um conjunto de atividades produtivas, suportados pela indústria de serviços, que normalmente alicia os demais sectores de atividade económica enquanto sectores a montantes. Uma interdisciplinaridade ao nível da atividade económica que normalmente serve de ignição que faz arrancar a marcha de desenvolvimento socioeconómico de uma região. Da

⁷ Bukart (1981) define turismo como uma indústria.

⁸ Kaul (1985) defende que o turismo é mais um mercado do que uma indústria.

⁹ Mill & Morrison (1985) e Leiper (1979) definem o turismo como um sistema.

¹⁰ MacCannell (1976) define turismo como sendo a teoria e a prática de viajar, o comportamento dos turistas.

interdependência reconhecida entre o subsector turístico com o próprio sector de serviços no seu todo, com as indústrias de transformação, o comércio, o artesanato, com os serviços públicos, com as infraestruturas, os transportes e a agricultura, e sendo neste objetivamente, associar esta reflexão às regiões periféricas da ilha do Fogo, importa frisar que a proeminência é de haver um quadro de resultado que do ponto de vista micro contribui decisivamente o sector do turismo na geração de riquezas para as famílias, empresas de forma sustentável, na salvaguarda do crescimento económico em tempos de crise que efeitos agravadoras tem sobretudo nas pequenas economias insulares em desenvolvimento dada os seus níveis de vulnerabilidade, no fomento à economia solidária e em termos macroeconómico uma cadeia otimizada de atividade que passa pelo desenvolvimento pleno do sector turístico conjugado com as outras atividades intervenientes da cadeia da oferta turística produz efeitos positivos nas contas Municipais dos três municípios da ilha, fomentando de certo modo a autonomia financeiras dos cofres locais da ilha, produz também efeitos no combate ao desemprego, na infraestruturização da ilha.

Os Municípios de S. Filipe, Mosteiros e Santa Catarina – objeto do nosso estudo, estão situados na ilha do Fogo, o qual, por sua vez, está na região natural e geopolítica de Sotavento de Cabo Verde, um país arquipelágico e economia insular composto por dez ilhas e oito ilhéus. O país encontra-se geograficamente localizado a 450 quilómetros de Senegal e tem uma área de 4.033 km² e uma zona económica exclusiva de 200 mil km².

Conhecida como a “ilha do vulcão”, por albergar o único vulcão ainda em atividade em Cabo Verde (a última erupção aconteceu em 1995), a ilha do Fogo é uma das ilhas mais férteis de todo o arquipélago e a mais proeminente do grupo, possui uma orografia singular, de formato cónico, cujo elemento central é a enorme cratera de onde emerge o pico do vulcão, a 2.829 metros acima do nível do mar - o ponto mais alto de todo o arquipélago. A cratera de Chã das Caldeiras, com 9 km de largura, com paredes de 1 km de altura, coberta aqui e ali de vestígios de lavas de várias das erupções anteriores, o microclima que permite a produção de um dos vinhos mais famosos do país – as marcas “Chã”, “Sodade” e Maria Chaves, além do tradicional “Manecon”, e ainda o perímetro florestal de Monte Velha, com a sua rica biodiversidade, constituem um enorme potencial para o desenvolvimento do ecoturismo, do turismo de natureza e do turismo gastronómico. Esta região foi designada como área protegida – o Parque Natural de Borda/Chã das Caldeiras/Pico Novo, como forma de garantir a sua preservação e a sua potencialização para o turismo de forma sustentável e equilibrada.

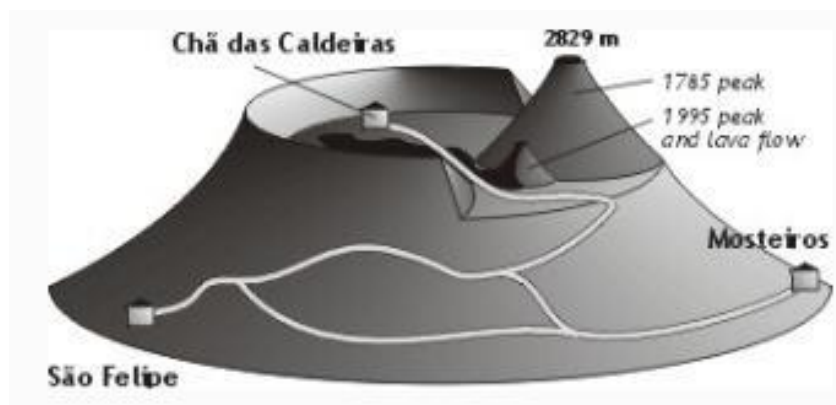


Fig. 2 - Perspetiva gráfica da orografia da ilha do Fogo

De cor negra, quente e verde tenro, a ilha que produziu, em tempos, algodão e café e, que a colocou nas rotas dos escravos, é agora terra do sabor e aroma únicos do vinho e do café¹¹. As especificidades da evolução histórica da ilha conferiram-lhe características ímpares do ponto de vista sociodemográfico, cultural e arquitectónico, destacando-se a beleza paisagística da Cidade de São Filipe com os seus típicos “sobrados” – construções do tipo colonial, *ex-libris* da cidade – e importantes manifestações culturais como as festas da Bandeira, etc.. A orla marítima, com praias de areia negra, tal como a praia de “Bila Baixo” em São Filipe e águas profundas e ricas em biodiversidade oferecendo igualmente boas oportunidades para o desenvolvimento de atividades turísticas de mergulho, pesca submarina e turismo medicinal.

Em termos históricos, interessa citarmos, que a ilha Fogo antes da sua emancipação reza que ela teve períodos contrastantes de algum progresso, e de terríveis calamidades naturais e de teor humana, dado que relatos existem, que informam aos curiosos dos tempos que correm que, chegou de haver um terrível ataque em 1665 a ilha, por alguns piratas Holandeses, que durante quatro dias, saquearam, maltrataram gentes, desarcando igrejas e casas, levando tudo que podiam encontrar que servia de algum valor, sem qualquer resistência da indefesa população da ilha. Além da falta da liberdade, dado que ilha do Fogo tinha cerca de 2300 pessoas, das quais 300 eram homens livres e 2000 escravos (A. Germano, 2003), houve períodos de grandes sofrimentos que terão marcado para sempre a história desse povo. Portanto, a primeira grande fome que se tem memória na ilha do Fogo, ocorreu em 1719, e depois veio o de 1759, nesse ano houve uma tremenda explosão do Vulcão do Fogo, que explodiu com tanta violência irradiando areias

¹¹ Caracterização acessível em: <http://www.turismo.cv/fogo> (Consultado em 12-12-2013)

nalgumas outras ilhas de Cabo Verde. Nos meados dos anos de 1773, uma outra terrível fome pairou na ilha, instigada pela ausência das chuvas e do apoio do exterior, um cenário que ficara ainda mais agravada pelo facto de ter havido nessa altura recusa por parte poder central, nesse caso o país colonizador, a um pedido de ajuda ou de benevolência da parte dum capitão-mor que governava a ilha do Fogo. Calcula-se que mais ou menos nesse período, cerca de 1000 pessoas e séculos depois, mais de 7500 pessoas, cerca de 31% da população perderam suas vidas, durante a Segunda Grande Guerra, em 1941-1942 (A. Germano, 2003).

Entretanto, a ilha é nos dias que correm vista como uma das mais importantes do País e atualmente, continua a ser uma das regiões económicas mais promissoras de Sotavento.

Conforme aponta Da Luz (2009), mais do que um elemento central da identidade da população e da cultura da ilha, o Vulcão – “Burcam”, é um verdadeiro chamariz para um fluxo crescente de turistas, ávidos de galgar os seus contornos, subindo ao alto promontório. Mas mesmo sendo o Vulcão a glória da ilha, a verdade é que todo o Fogo é de uma beleza estonteante, com recursos territoriais turísticos de alto valor económico.

“O Sal e a Boa Vista cresceram em torno do eixo de um turismo de massa balnear, e já demonstram alguma maturidade enquanto destinos internacionais; a ilha do Fogo só agora está a amadurecer para o turismo. Os turistas que afluem ao Fogo – em fluxos crescentes – provêm maioritariamente da Europa germânica: representam um alto nível de rendimento e são consumidores sofisticados. O modelo de exploração turística do Fogo será certamente diferente, estruturado em torno do pequeno estabelecimento rural, com altos padrões de qualidade, que aproveita na sua oferta turística e gastronómica o enorme potencial da agro-indústria artesanal que resulta da vocação agrícola da ilha.” (Da Luz, M. do Rosário, 2009)

Enquanto uma importante componente gastronómica, no Fogo, o agroturismo, constitui um domínio privilegiado para a aposta empresarial.

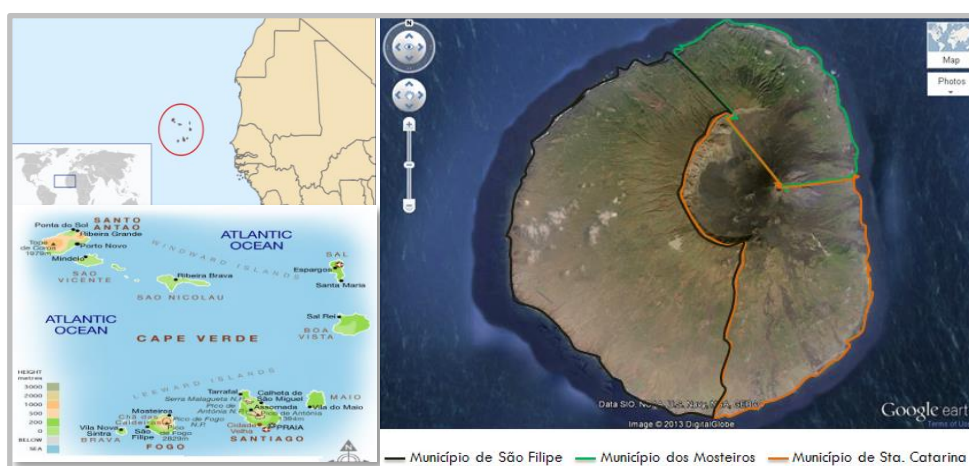
No sector agrícola, o Fogo é uma potência rara, num cenário nacional historicamente difícil. As suas características geográficas, onde a diversidade climática é determinante, garantem uma produção agropecuária variada, onde o café e a uva são os pilares da mais-valia agrícola local. O café do Fogo desafia os melhores cafés do mundo em qualidade e será talvez o produto mais conhecido e valorizado da ilha. A produção de vinho é ancestral, e as iniciativas atuais na produção tanto artesanal como industrial do vinho do Fogo têm sido consistentemente coroadas

de sucesso no mercado. O potencial do sector agroalimentar inclui ainda a perspectiva de organizar e certificar a produção do excelente queijo típico da ilha, assim como a produção de doces e compotas, convencionados com a enorme variedade de frutas originárias do Fogo.

O sector comercial na ilha do Fogo está, naturalmente em expansão porque abastece uma economia local cada vez maior e mais sofisticada. Por um lado, os investimentos do sector público, e nos sectores do turismo e da agro-indústria criam necessidades de abastecimento importantes e específicas; por outro lado, uma classe média urbana maior, com um nível mais elevado de instrução e rendimento – para além das estreitas ligações económicas da ilha com uma diáspora produtiva – cria uma importante demanda doméstica para bens de consumo e materiais de construção.

Com uma população a rondar os 38 mil habitantes distribuídas pelos seus 3 Concelhos, com acentuada dependência da emigração, sobretudo para os EUA, a ilha do Fogo depara-se, contudo, com alguns estrangulamentos importantes que limitam a exploração de todo o seu potencial particularmente, turístico. Apesar da proximidade com a ilha de Santiago o que faz com que entre as duas ilhas se tenha feito desenvolver e se desenvolva uma intensa atividade comercial, com fluxos dinâmicos de troca de pessoas e bens. As ligações aéreas entre o Fogo e Santiago são diários, e operam ligações marítimas regulares, mas insuficientes para o crescente tráfego não apenas turístico mas também comercial (Ver Figura 3).

Fig. 3 – Divisão territorial da ilha do Fogo, segundo os Municípios



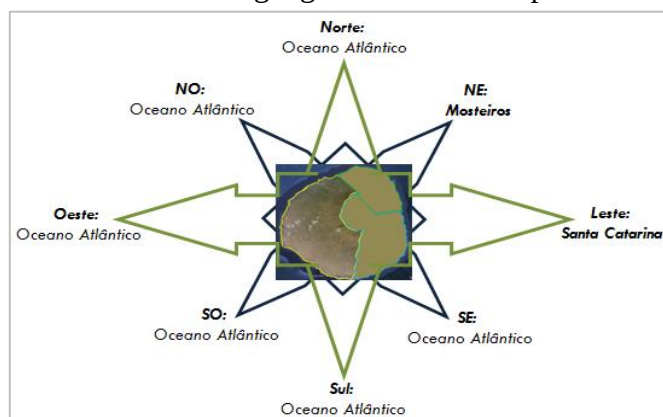
Fonte: Elaboração do autor, 2013 (Adaptado de imagem obtida de GoogleEarth@).

A ilha é composta por três Municípios, designadamente, S. Filipe, Mosteiros e Santa Catarina, os quais pelas suas características geográficas e socioeconómicas podem ser caracterizados de acordo com a Teoria do Desenvolvimento Endógeno (De Mattos, 2000; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012; 2013), como periferias de uma economia insular, tal como é, no seu todo, a República de Cabo Verde.

4.1. Município de São Filipe

Ao Município de São Filipe, com 27.826 indivíduos, ou seja, cerca de 3/4 dos habitantes da ilha e igualmente maior em termos de áreas territoriais (hoje ocupa 2/4 das terras da ilha – Fig 4), notas maiores recebem a cidade de São Filipe a sede do concelho que, situada a sudoeste da ilha e virada para o mar com vista para a vizinha ilha Brava, é conhecida pela sua praia de areia negra (Praia da Bila), as ruas calcetadas, os abundantes jardins com árvores e flores e a arquitetura colonial portuguesa, que conferem a São Filipe um charme muito especial. A norte da cidade encontra-se o porto de Vale de Cavaleiros, e a sudeste, o Aeródromo de São Filipe, as principais portas de entrada da ilha do Fogo. Em 2005, a cidade chegou a ser a terceira mais populosa de Cabo Verde, contando com 9.550 habitantes, mas devido ao fraco aumento demográfico, presentemente é a quinta. De salientar ainda que, em termos climáticos, São Filipe é a cidade mais quente das Ilhas de Cabo Verde. A temperatura máxima oscila entre 28 graus em Janeiro e 32 graus em Setembro. A temperatura mínima entre 20 graus em Janeiro e 25 graus no Agosto. Sempre sopra um vento do nordeste com a velocidade de 5-10 m/s entre os meses de Dezembro e Maio e 3-8 m/s durante o resto do ano.

Fig. 4 – Posicionamento geográfico do Município de São Filipe



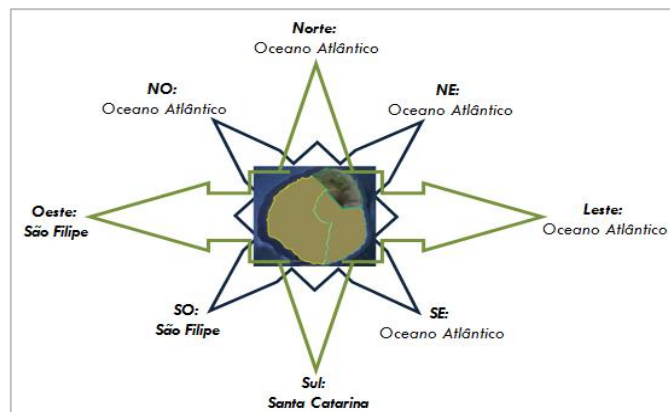
Fonte: Elaboração do autor, 2013

Em termos histórico, de sublinhar que o Município foi criado em 1991, quando o antigo Concelho do Fogo foi dividido em dois, passando a parte sudoeste a ser chamada Concelho de São Filipe, e a parte nordeste a ser chamada Concelho dos Mosteiros e anos mais tarde, mais precisamente, em 2005, uma freguesia a leste que pertencia ao município, foi separada para constituir o Concelho de Santa Catarina do Fogo. O Município de São Filipe é constituído por duas freguesias, nomeadamente a de São Lourenço e a de Nossa Senhora da Conceição. O dia do Município comemora-se a 1 de maio, data que coincide com a celebração de São Filipe, padroeiro da ilha.

4.2. Município dos Mosteiros

Situado ao Norte da Ilha do Fogo, o Município dos Mosteiros estende-se por uma área de 85 Km², representando cerca de 18% do total da Ilha e cerca de 2% do território nacional (Fig. 5) Dista do Concelho de S. Filipe a cerca de 50Km (via sul, passando pelo município de Santa Catarina) e a cerca de 35 Km (via Norte, seguindo a estrada de Volta-volta).

Fig. 5 – Posicionamento geográfico do Município dos Mosteiros



Fonte: Elaboração do autor, 2013

O Município conta já com uma população de cerca de dez mil (10.000) habitantes, correspondente a 27% da população residente na Ilha, distribuída por cerca de dezasseis (16) pequenas localidades. À semelhança do que se regista no país, a população do Concelho é extremamente jovem em que cerca de 70% possui menos de trinta anos de idade. Criado em 1991, quando o antigo Concelho do Fogo foi dividido em dois, passando a parte sudoeste a ser

chamada Concelho de São Filipe, e a parte nordeste, Concelho dos Mosteiros. Nesta região periférica de Cabo Verde, o analfabetismo é ainda um fenómeno preocupante, atingindo cerca de 31% da população com idade igual ou superior a 15 anos. O Município é constituído apenas por uma freguesia, a de Nossa Senhora da Ajuda. Importa igualmente apontar que nos Mosteiros, situa-se o segundo aeroporto da ilha e que a 15 de agosto comemora-se o dia do Município.

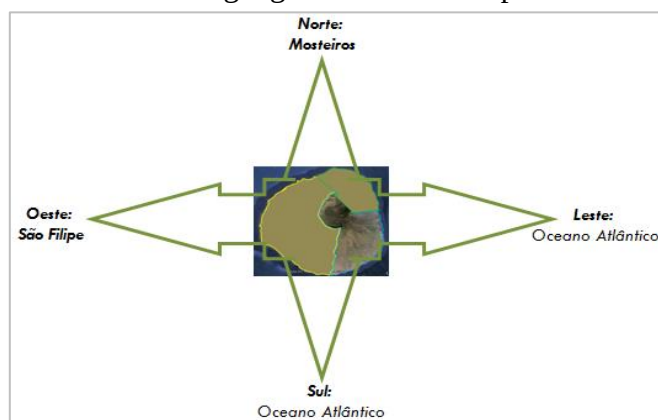
O Concelho dos Mosteiros é montanhoso cuja orografia, dificulta grandemente o acesso a várias localidades. Até ao presente “Ligeirão” é a única localidade que não foi desencravada. Todavia, apresenta uma população já com alguma relevância estatística. Situado na parte alta do Concelho, o único perímetro florestal da ilha, a floresta de Monte Velha que é considerado um parque natural de espécies exclusivas da Ilha. Grande parte do solo das zonas Sul e Centro do Concelho é coberta de lavas vulcânicas, que resultaram de sucessivas erupções do passado (refira-se que a última erupção vulcânica registou-se a 02 de Abril de 1995) e reduz significativamente a área cultivável do Concelho.

O clima do Município é o tropical seco com a existência de vários microclimas desenvolvendo-se de acordo com o relevo e a exposição a ventos. Entretanto, esses microclimas não têm tido grande expressão a nível da produção, devido aos sucessivos anos de seca. A temperatura média anual é de 22° C, apesar do clima ser muito mais fresca nas zonas altas de Mosteiros. A memória coletiva dos habitantes, distingue três zonas em função do relevo, sendo certo que, a forma de exploração de agricultura e o tipo de cultura, também vai diferenciando à medida que se passa de uma zona para outra. Assim, a Zona Baixa caracteriza-se essencialmente pela cultura de sequeiro aquele que regista o menor índice de pluviosidade. As terras são muitas parceladas e têm vindo progressivamente a ser utilizadas para construções de habitações e outras Infraestruturas. A Zona Média situada a uma outra altitude é mais húmida, propiciando deste modo o desenvolvimento da fruticultura e pecuária. Caracterizada, no passado, por ter um índice elevado de pluviosidade durante a época das chuvas, na Zona Alta, para além da fruticultura, desenvolve-se a cultura de café e do vinho, produtos que, embora padecendo de políticas de incentivo e modernização, deram sempre ao longo do ano uma contribuição grande para as economias das famílias do Concelho.

4.3. Município de Santa Catarina

A terceira região administrativa emergida na ilha do Fogo é a região Municipal de Santa Catarina (Fig 6), em 2005, quando uma freguesia do antigo Concelho de São Filipe foi separada para formar o Concelho de Santa Catarina do Fogo. Em 2010, a população ascendeu a 4813 habitantes.

Fig. 6 – Posicionamento geográfico do Município de Santa Catarina



Fonte: Elaboração do autor, 2013

A sede administrativa do Município é Cova Figueira, situado a curta distancia do imponente vulcão do Fogo que tem uma visão deslumbrante de um panorama que faz lembrar como que outras regiões do Sistema Solar. Esta Freguesia ou Concelho, tem potencialidade natural e humana de contribuir muito mais para toda ilha do Fogo e Cabo Verde. É nesse lado que fica Chã das Caldeiras onde se produz o pitoresco e famoso Vinho do Fogo.

Essa famosa comunidade ou Freguesia, é constantemente visitada por muitos nacionais e estrangeiros, incluindo alguns presidentes do país colonizador, e estrangeiros, mas mesmo assim, ela não conseguiu ainda chegar a página do desenvolvimento desejado. Comemora-se o dia do Município em 25 de novembro, data que coincide com a celebração de Santa Catarina.

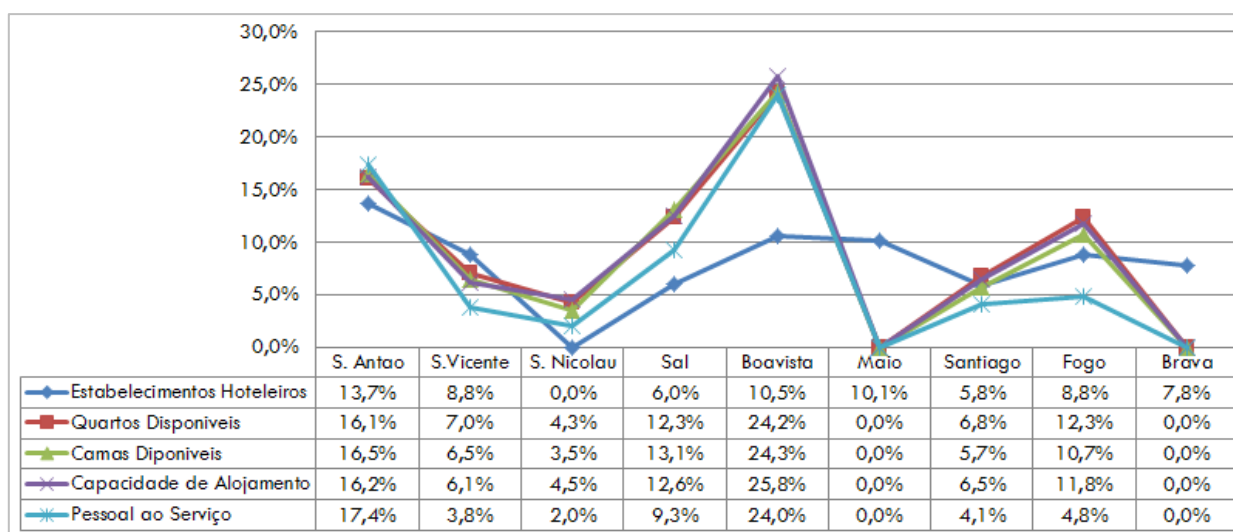
Estes três Municípios são dotados de um aspeto natural e de uma idiossincrasia própria o que os torna únicos pela sua diversidade orográfica, sócio antropológica, económica e cultural, sendo esta uma das causas de contrastes estruturais e diferenciada em termos do comportamento empreendedor. A ilha do Fogo, apesar de toda a sua peculiaridade, de toda a potencialidade que exhibe, tem deixado de forma bem vincada e óbvia que o seu desenvolvimento tanto económico, social como humano vem passando ao lado do nível de desenvolvimento que melhor se correlaciona com os recursos que a ilha confere. É insistente, a ideia de inexploração ou

exploração indevida desses recursos promissores, dado que indicadores tem avaliado a ilha nesse sentido. Com uma população maioritariamente rural, sendo que 67% das pessoas (INE, 2010) vivem em áreas rurais, o sector da agropecuária como o de mais imponente em relação ao sector industrial e de serviços, secundário e terciário respetivamente, a ilha do Fogo, cuja população cresceu em 2010 na ordem dos 33,4% (INE-Censo, 2010), apresenta um quadro de crescimento brando, estando desde muitos anos ocupando lugares cimeiros de indicadores como: incidência (39%), profundidade (13,2%) e intensidade (5,9%) da pobreza ao nível nacional (INE-QUIBB, 2007), desemprego avaliado em 23,1%, com incidência maior nos indivíduos jovens da faixa etária 18-24 anos, a situar-se em 27,6%, segundo revela dados do INE, 2009. O nível de instrução das gentes da ilha do Fogo é maioritariamente o ensino básico em ambos os três municípios, situando na ordem dos 46,7% da população com idade igual ou superior aos 3 anos, com esse nível de instrução no Município dos Mosteiros, 50,2% no Município de São Filipe e 52,5% em Santa Catarina, sendo ainda, o Município de São Filipe onde há maior numero de indivíduos com o nível de instrução pós-superior, atingindo 1,6%, face aos 0,2% e 0,4% encontrados nos Mosteiros e em Santa Catarina, respetivamente (INE-Censo, 2010).

No sector terciário, particularmente o subsector turístico, não obstante ao pedido de maior e melhor desenvolvimento do sector, alguns indicadores reportam alguma evolução em matéria de oferta de serviços turísticos. Quiçá entretanto, está subjugado numa mais e melhor afirmação de atitudes empreendedoras das gentes da ilha do Fogo, de melhores práticas de fomento e educação empresarial no sector, alavancando o desenvolvimento da ilha também via produção e prestação de serviços, pelo que despontou em torno desta perspectiva, o interesse investigador desta iniciativa de investigação.

Grosso modo, percebe-se que a ilha do Fogo vem expondo razoável performance em termos de evolução média de ofertas de serviços turísticos, sobressaindo com a quarta melhor performance, quando consideramos o horizonte temporal 1999-2012, no quadro das dez ilhas habitadas de Cabo Verde, exibindo pior média de evolução face às ilhas de Santo Antão, Sal e Boavista, apresentando sob esta perspectiva geral de análise melhor feito que as ilhas demais ilhas de elevadas potencialidades turísticas, reconhecidas pelas suas atratividades no segmento do turismo de sol e praia, como são as ilhas do Maio, Santiago e São Vicente, sendo a estas duas ultimas reconhecidas também largas potencialidades ao nível do turismo de negócios e eventos.

Gráfico 1 – Evolução média anual da oferta turística, por ilha (1999-2012)



Fonte: INE, 2013

Ora, apesar das fragilidades apontadas, a ilha do Fogo faz parte de Cabo Verde, o qual, enquanto país, conseguiu entrar para o grupo dos cinco países mais bem-sucedidos na África. Esta categorização vê-se suportada pelos indicadores macroeconómicos do país, que reflete um ambiente global favorável, com uma melhora na taxa de desemprego que desceu de 16,7 por cento em 2003 para 13,1 por cento em 2010 (INE, 2010), um avanço da renda per capita, com um aumento real de 975 a 1420 euros em cinco anos, atingindo 3.400 dólares americanos em 2007, e a evolução do PIB nominal, na maioria dos anos, superior a 7 por cento, assim como do PIB real superior a 5 por cento nos últimos cinco anos. No entanto, e apesar desses avanços, Cabo Verde ainda enfrenta desafios em termos de pobreza, por exemplo, um em cada quatro indivíduos é considerado pobre, fustigado pelo desemprego e pela falta de infraestrutura económica, devido, em parte, à sua condição insular e também à falta de economias de escala. Outros desafios importantes foram identificados num estudo conjunto realizado em 2011 pelo UCRE (Unidade de Coordenação da Reforma do Estado) e a ONUDI (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial). Em resposta a isso, os empresários cabo-verdianos consideram que o ambiente de negócios no país sofre com problemas relacionados ao transporte, a qualificação dos recursos humanos, o fornecimento da energia elétrica, o acesso ao crédito, bem como a existência de concorrência ilegal. Outras desvantagens relevantes têm a ver com a pequenez do mercado interno ou a fraca conexão entre Cabo Verde e o espaço económico da África Ocidental (CEDEAO).

Tal como as outras PEID, Cabo Verde adotou a especialização turística como via estratégica para o desenvolvimento socioeconómico. Como resultado dos esforços no turismo atinge o desenvolvimento económico necessário para superar a sua classificação como um país menos desenvolvido e situar-se entre os de rendimento médio (WTO, 2012), reconhecimento obtido pela ONU em Dezembro de 2007. Assim, a economia é caracterizada por uma clara relevância do sector de serviços que contribui a 50 por cento da economia do país (INE, 2010). O sector do turismo representa 18 por cento desse valor, absorvendo 15 por cento do emprego total e mais de 90 por cento dos fluxos de investimentos diretos do estrangeiro. Apesar de todas as ilhas do arquipélago possuírem e os recursos territoriais para o desenvolvimento deste sector (Logossah & Maupertuis, 2007; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013) e García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013), quatro delas acolhem todas as práticas de negócios turísticos: Sal, Santiago, Boavista e São Vicente, com o seu desenvolvimento desigual na última década. Assim, o número de turistas entrados no período de 2002-2012 apresentou uma taxa de crescimento positiva na ilha de Boavista, mas reduções moderadas nas ilhas de Santiago e São Vicente, e mais graves no Sal. Em geral, Cabo Verde recebeu mais de meio milhão de turistas em 2012, o que representa um aumento de 251 por cento em comparação com as entradas de turistas em 2002. Essa melhora no sector tem sido apoiado pela implementação de políticas públicas visando o desenvolvimento dos *clusters* suportados pelo mar, turismo e pelas TIC (Programa VIII Governo Constitucional, 2011-2016).

Agora, dado que a especialização do turismo é alcançada apenas no contexto de altas taxas de crescimento económico decorrente da atividade empreendedora turística, ou seja, a criação de novas empresas do sector, neste artigo vamos tentar dar uma resposta a seguinte questão, a fim de deixar uma contribuição para a literatura que também, pode ser útil na formulação de políticas públicas: que fatores institucionais ambientais influenciam a decisão de criar uma empresa no sector turístico nas periferias de numa PEID? Para dar resposta a isso, em Novembro de 2013 foi realizado um estudo empírico, a fim de conhecer a avaliação que os Cabo-verdianos residentes nos Municípios de S. Filipe, Mosteiros e Santa Catarina tem da qualidade das instituições regulativas, normativas e cognitivas que afetam a criação de empresas no sector turístico bem como a medida em que tais instituições condicionam o comportamento empreendedor daqueles que, finalmente, decidiram criar uma empresa nesse sector em tais concelhos.

Na realização do trabalho empírico foi considerado como população de estudo, os indivíduos residentes na ilha do Fogo, com idade superior aos 15 anos, sendo que este é o limite a partir do qual um indivíduo pode começar a produzir-se no mercado de trabalho. Nesta base, o universo de estudo ascendeu a 37.051 indivíduos em 2010 (INE, 2010), assumindo assim um grau de confiança de 95,5 por cento e uma taxa de erro de 4,59 por cento, o tamanho da amostra definida é de 100 indivíduos. Especificamente, o estudo foi realizado nos três Municípios da ilha do Fogo, designadamente, S. Filipe, Mosteiros e Santa Catarina, por serem aqueles que conhecemos melhor e com os quais temos maior nível de afinidade, por um lado, mas por outro, porque não sendo fácil e barata a realização de um trabalho de campo por um investigador em Cabo Verde que trabalha, muito menos o é para um estudante desempregado. Dai a escolha desses três municípios para realização do nosso trabalho de campo. Um outro fator que ainda terá concorrido para a eleição desses três Municípios tem a ver com o facto de durante a pesquisa que fizemos, não termos encontrado referências no sentido de que estes tenham sido objeto de estudo desta natureza. Daí resulta que ao permitirmo-nos fazê-lo teríamos uma oportunidade ímpar para inovarmos ao sermos pioneiros nessa matéria. Isso permitiu a inclusão no estudo de circunstâncias institucionais em que concorrem territórios que tenham alcançado nível desigual de especialização turística, em relação, por exemplo, com os Municípios do Sal, da Boa Vista, de Santiago e de S. Vicente. Para a coleta das informações foi feito o uso de um questionário estruturado e escrito em Português. Para a formação de escalas relacionadas com estruturas institucionais atendeu-se as sugestões dos autores que nos precederam na sua medição (De Clercq et al., 2010; Logossah e Maupertuis (2007); Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto (2012 e 2013) e García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado (2013), embora estas foram construídas para os fins específicos da pesquisa aqui proposto. A análise estatística foi realizada por meio de médias e desvios-padrão de cada um dos itens incluídos no questionário, bem como através do percentual dos indivíduos com resposta superior a 3 em uma escala de cinco posições, indicando a sua avaliação positiva das instituições analisadas.

Os resultados obtidos para as instituições regulativas estão apresentados na Tabela 1. E demonstram que na opinião dos cabo-verdianos residentes nos Municípios de S. Filipe, dos Mosteiros e de Santa Catarina, existem leis e regulamentos relativos à criação de novas empresas (3,92) e rapidez administrativa no que se refere a prestação imediata de serviços de administração fiscal (3,89) ou de Registro de empresas num dia (3,75), sendo estas instituições avaliado

positivamente, ou seja, com uma pontuação superior a 3 - por 88,6 por cento dos inquiridos. Agora, a regionalização seria bem visto pelos atuais e potenciais empresários (3,71), espelhando assim uma necessidade de descentralização administrativa. Pelo contrário, eles não dão boa avaliação que por ocasião da criação de empresas a rapidez da justiça, que é considerada lenta (1,94), a situação económica (2,35) e os incentivos existentes para estimular a atividade empresarial, bem como a centralização administrativa (2,41), entre outros. Importa finalmente destacar-se o respeito que os Cabo-verdianos reconhecem à estas instituições e a forma como valorizam o apoio e a atuação do governo favorável à criação e consolidação de empresas do sector de turismo, obtendo este suma avaliação positiva por 75,1 por cento e 73 por cento da amostra, respetivamente. Estes resultados estão conformes com as conclusões a que chegaram Garcia Cabrera e García-Soto (2008); Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto (2012 e 2013) e com os de García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado (2013).

As instituições normativas, por sua vez, estão relacionadas com as crenças e comportamentos considerados socialmente e moralmente aceitáveis e desejável num território. A avaliação das mesmas por parte dos Cabo-verdianos mostrados na Tabela 2 e, como se pode ver, para todas elas mais que 75 por cento dos inquiridos os avaliam positivamente, isto é, acima de 3 - estas instituições. Especificamente, é muito bem visto que uma mulher decida abrir o seu próprio negócio (4,22) e consideram-se que bons empresários são aqueles que realizam uma oferta de qualidade aos seus clientes (4,07). Por sua vez, também consideraram que ser empresário é uma opção profissional desejável (3,95) e que estes gozam de um elevado estatuto e respeito na sociedade (3,93). No geral, os próprios entrevistados indicam que os valores existentes no país representam um estímulo para a criação (3,32) e consolidação (3,30) de novas empresas no setor turístico. É evidente que se confirmam resultados encontrados por Logossah e Maupertuis (2007); Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto (2012 e 2013) e García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado (2013), no sentido de que estas instituições normativas ou a cultura da população representam um importante ativo do país.

Quadro 4 - Percepção das instituições regulativas pela população da ilha do Fogo

Dimensão regulativa	N	Media*	Desvio típico	Valor ≥ 3 (%)**
Existem leis e regulamentos governamentais relativos a criação de novos negócios	100	3,92	0,780	74,7

A oferta imediata de serviços de administração fiscal (ex: CAF, NIF) facilita a atividade empresarial	100	3,89	1,073	88,6
A oferta do serviço “registo de empresa num dia” incentiva a criação de empresas	100	3,75	1,010	88,6
A regionalização seria bem visto pelos interessados e empresários já instalados	100	3,71	0,993	86,9
Existem normas regulativas para assegurar a qualidade dos produtos e serviços prestados pelas empresas	100	3,35	1,009	81,0
A fixação do salário mínimo nacional é boa para a criação de novas empresas	100	3,26	1,093	75,5
As novas empresas conseguem as permissões e licenças a um curto período de tempo	100	3,06	1,139	71,3
As leis se aplicam às novas empresas de uma forma previsível e coerente	100	2,98	0,836	74,3
Existe informação disponível sobre como por em marcha e gerir um novo negócio	100	2,96	1,119	64,1
Oferece-se a formação necessária para que os indivíduos que o desejam possam criar um novo negócio	100	2,90	1,083	64,2
Os regulamentos sobre as novas empresas e empresas em crescimento são adequados e eficazes	100	2,88	0,894	70,4
Existe uma boa oferta de formação profissional que capacita trabalhadores disponíveis para a contratação	100	2,78	0,930	64,6
Existem cursos de formação continua para melhorar os conhecimentos e habilidades dos empregados	100	2,69	0,993	60,3
A administração realiza controlos regulares para verificar a qualidade dos produtos e serviços que oferecem	100	2,67	0,966	56,5
A flexibilidade dos acordos comerciais favorece a criação de empresas	100	2,64	0,931	57,8
A pressão fiscal existente é favorável para as novas empresas e empresas em crescimento	100	2,55	1,031	49,3
A flexibilidade laboral favorece a atividade empresarial	100	2,54	0,954	50,2
Existem ajudas públicas para apoiar a criação de novos negócios	100	2,47	1,044	48,1
O pacote de incentivos à atividade empresarial é suficiente para a criação de novos negócios	100	2,41	0,973	45,1
A centralização administrativa de muitos serviços do Estado favorece a criação de empresas	100	2,40	1,010	43,4
A situação económica geral é boa e favorece a criação de empresas	100	2,35	1,112	41,4
A rapidez da justiça favorece a atividade empresarial	100	1,94	1,056	22,8
O apoio e a atuação do governo facilitam a criação de empresas no sector turístico	100	3,03	0,947	75,1
O apoio e a atuação do governo facilitam a consolidação das empresas no sector turístico	100	3,00	0,966	73,0

* Total desacordo (1) a total acordo (5). Valores superiores a 2,5 indicam que, em média, os indivíduos da amostra entendem que estas estruturas institucionais regulativas existem no país.

** Percentagem de indivíduos que contestam com um valor igual o superior a 3.

Quadro 5 - Percepção das instituições normativas pela população da ilha do Fogo

Dimensão normativa	N	Media*	Desvio típico	Valor ≥ 3 (%)**
É bem visto que uma mulher decida pôr em marcha a sua própria empresa ou negócio	100	4,22	0,779	97,9
Considera-se que são bons empresários, aqueles que realizam oferta de qualidade aos seus clientes	100	4,07	0,815	96,2
Considera-se que converter-se em um empreendedor é uma opção profissional desejável	100	3,95	0,829	94,9
Os empresários de êxito gozam de um alto estatuto e respeito na sociedade	100	3,93	0,838	95,4
A criação de novas empresas é considerada uma forma adequada de fazer fortuna	100	3,71	1,010	89,0
A maioria das pessoas pensa que os empresários são indivíduos competentes e auto-sustentáveis	100	3,68	0,905	89,5
Valorizam-se positivamente as habilidades empresariais, a capacidade criativa e o pensamento inovador	100	3,67	0,850	92,0
Quem cria novos negócios é destacada nos meios de comunicação, como uma pessoa de êxito	100	3,52	0,928	87,8
A qualidade no atendimento ao cliente é uma norma que se leva muito a sério	100	3,19	0,997	78,1
As opiniões e valores da população facilitam a criação de empresas no sector turístico	100	3,32	0,883	83,3
As opiniões e valores da população facilitam a consolidação de empresas no sector turístico	100	3,30	0,857	84,1

* Total desacordo (1) a total acordo (5). Valores superiores a 2,5 indicaram que, em média, os indivíduos da amostra entendem que estas estruturas institucionais normativas existem no país.

** Percentagem de indivíduos que contestam com valor igual o superior a 3.

As instituições cognitivas, finalmente, relaciona-se com o conhecimento económico-empresarial entre a população e a sua evolução e é apresentado na Tabela 3. Destaca-se nelas a disposição das pessoas para imitar os modelos empresariais apresentados tanto por empresas locais bem-sucedidas (3,76) como estrangeiras (3,29), observando-se o medo do fracasso como sendo uma das razões por que as pessoas não ponham em marcha um negócio (3,47). Além disso, é relevante o conhecimento de negócios, em matéria da criação de empresas existentes na município, o que faz entender o facto de que todo mundo conhece alguém que tenha criado uma empresa (3,31), e que existem muitas pessoas com experiência na criação de um negócio (3,2). Tal conhecimento empresarial contrasta com a falta de treinamento da força laboral no país, com claras deficiências em termos de conhecimento de outras idiomas (2,46) ou experiência em gestão de negócios (2,7),

entre outras. Quanto ao sector turístico, esta é igual às instituições regulativas e normativas que também consideram que o conhecimento existente num lugar facilita a criação (3,08) e a consolidação (3,07) das empresas no sector turístico, tal como apontam os seguintes autores Logossah e Maupertuis (2007); Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto (2012 e 2013) e García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado (2013).

Quadro 6 - Percepção das instituições cognitivas pela população da ilha do Fogo

Dimensão cognitiva	N	Media*	Desvio típico	Valor ≥ 3 (%)**
É habitual imitar as empresas locais de êxito para criar negócios similares ao seu	100	3,76	1,029	88,2
O medo de fracassar impede que as pessoas ponham em marcha o seu negócio	100	3,47	1,027	82,3
Quase todo mundo conhece alguém que tenha posto em marcha um negócio recentemente	100	3,31	0,958	81,5
É habitual imitar as empresas estrangeiras de êxito, criando negócios similares aos seus	100	3,29	1,140	74,2
Existem muitas pessoas com experiencia na criação de um novo negócio	100	3,20	0,956	76,8
Muitas pessoas são capazes de organizar os recursos necessários para criar um novo negócio	100	2,95	1,001	64,9
Existe uma força laboral com estudos universitários	100	2,92	1,034	67,9
Muitas pessoas sabem como reagir às boas oportunidades criando novos negócios	100	2,79	1,010	61,1
A maioria das pessoas sabem como dirigir um pequeno negócio	100	2,79	1,137	58,3
Existe uma força laboral com experiencia em prestação de serviços e atendimento ao cliente	100	2,78	0,907	67,0
Muitas pessoas conhecem as exigências que em matéria de qualidade exigem os clientes	100	2,75	0,917	60,3
Existem uma força laboral com experiencia em gestão de empresas	100	2,70	0,935	63,7
Existe uma força laboral com conhecimentos de línguas estrangeiras	100	2,46	0,909	48,6
O conhecimento e carácter da população facilitam a criação de empresas no sector turístico	100	3,08	0,938	75,1
O conhecimento e carácter da população facilitam a consolidação de empresas no sector turístico	100	3,07	0,929	74,7

* Total desacordo (1) a total acodo (5). Valores superiores a 2,5 indicaram que, em média, os indivíduos da amostra entendem que estas estruturas institucionais cognitivas existem no país.

** Percentagem de indivíduos que contestam com um valor igual o superior a 3.

Finalmente, como parte da análise realizada comparou as respostas dadas pelos empresários cabo-verdianos que participaram do estudo com relação ao restante dos entrevistados (ver Tabela 4). Esta análise comparativa realizada através de um teste de diferença de média permitiu identificar a existência de diferenças significativas entre os grupos em sua avaliação das instituições e, portanto, uma melhor identificação daqueles relacionados com o empreendedorismo. Os resultados indicam que o grupo de empresários corresponde aos indivíduos que geralmente apreciam melhor a eficácia e adequação do conjunto de leis e regulamentos que afetam o processo de start-up de empresas turísticas. Além disso, os empreendedores são caracterizados por avaliar de forma mais positiva a existência de instituições normativas ou valores que enfatizam a qualidade do serviço que se oferece ao cliente e de instituições cognitivas ou existência de conhecimento nos lugares de pesquisa sobre como atender os clientes e, mais precisamente, sobre as exigências que estes têm em termos de qualidade (Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013; García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013). Com base nesses resultados, podemos afirmar que aqueles que optam por ser empresários são precisamente aqueles que mais positivamente valorizam a existência de leis favoráveis às novas empresas e de valores sociais e o conhecimento acumulado sobre a qualidade de serviço, uma prática empresarial de grande relevância para alcançar o sucesso no sector turístico.

Quadro 7 - Dimensões institucionais e empreendedorismo

Dimensões institucionais	Média		Estatística t de igualdade de medias
	Não empresário (n=70)	Empresário (n=30)	
Regulativa			
Os regulamentos sobre as novas empresas e empresas em crescimento são adequados e eficazes	2,74	3,11	-3,182**
Normativa			
A qualidade no atendimento ao cliente é uma norma levada muito a sério	3,04	3,42	-2,893**
Cognitiva			
Existe uma força laboral com experiencia prestação de serviços e atendimento ao cliente	2,70	2,91	-1,770†
Muitas pessoas conhecem as exigências que em matéria de qualidades têm os clientes	2,65	2,91	-2,264*

†p<0,1, *p<0,05, **p<0,01.

4.4. INSTITUIÇÕES E EMPREENDEDORISMO NAS PERIFERIAS DE UMA ECONOMIA INSULAR: PROPOSIÇÕES DE INVESTIGAÇÃO

Com base na pesquisa teórica e empírica realizada para identificar as instituições que podem ter um efeito positivo sobre o empreendedorismo turístico numa PEID, nesta seção, fazemos uma discussão sobre as evidências encontradas para, a partir delas, formular diferentes proposições de pesquisa. Nas PEID, a incerteza no ambiente de negócios é maior do que em outros contextos económicos mais desenvolvidos, porque, entre outros fatores, a: 1) baixos níveis de informações fiáveis sobre a evolução da economia, 2) maior o grau de insegurança jurídica, resultado dos quadros legislativos limitados para regular as relações mercantis ou 3) maior risco do país, devido à instabilidade dos regimes políticos (Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013; García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013). Nestes contextos, os princípios da Teoria neo-institucional podem ser particularmente úteis para a compreensão de como os fatores ambientais afetam as decisões de negócios relacionados com o empreendedorismo pelo que os desejos e intenções individuais nem sempre se concretizam em ações, por exemplo, a decisão de empreender ou investir não se transformam diretamente em resultados esperados (Díaz-Casero *et al.*, 2012). As intenções são para interagir com um ambiente em que as instituições limitam, regulam e/ou incentivam o comportamento dos indivíduos.

Do ponto de vista regulativo, a qualidade do ambiente institucional refere-se à estrutura legal que prevê incentivos para o empreendedorismo, por exemplo, as taxas de impostos, incentivos fiscais, procedimentos legais exigidos, bem como o estabelecimento daquelas infraestruturas físicas, como por exemplo, as janelas única para a constituição da empresa e desenvolvimento do capital humano necessário para suportar a atividade empreendedora - por exemplo, os planos de formação formal e continua que incluem a gestão empresarial e o empreendedorismo (Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013; García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013). Assim, somente quando a qualidade do ambiente regulativo para o empreendedorismo gera oportunidades de negócios no sector do turismo, que pode ser percebido pelos indivíduos, tal como mostra a evidência empírica encontrado entre os empresários cabo-verdianos, esses empresários podem tomar decisões empresariais motivadas por sua intenção de tirar proveito de tais oportunidades (Bowen & De Clercq, 2008; Stenholm *et al.*, 2013). Caso contrário, a baixa qualidade do ambiente regulativo incentivará baixos níveis de empreendedorismo (Dias Furtado *et al.*, 2013).

Proposição 1. Quanto maior é a qualidade das estruturas de regulação para o empreendimento turístico nas periferias de uma economia insular, maior será a atividade empreendedora nesse território.

A dimensão normativa inclui normas sociais e valores culturais, socialmente compartilhados e assimilados pelos indivíduos, priorizando crenças e obrigações morais para orientar as decisões empresariais (Scott, 1995; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013; García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013)). Assim, e em primeiro lugar, Tominc y Rebernik (2007) argumentam que o fato de que a sociedade da qual o indivíduo faz parte considera que a própria empresa é uma opção profissional desejável ou que confere o respeito e elevado estatuto para àqueles que se destacam em seus negócios, promove o comportamento empreendedor em busca de oportunidades de negócios de sucesso. García-Cabrera e García-Soto (2008), em segundo lugar, ao analisar as instituições reguladoras nas periferias de uma economia insular – e. g. Município de S. Filipe, Município de Mosteiros e Município de Santa Catarina, descobrimos que quando os valores culturais de uma área geográfica enfatizam proatividade, a assertividade e a orientação ao sucesso material, as pessoas que foram educadas sob tais valores e os tenha interiorizados, mostram maior espírito empreendedor e procuram identificar oportunidades de negócios. Estes resultados são consistentes com a evidência empírica encontrada nesta pesquisa. Neste sentido, vale a pena destacar, que a existência de valores que prima pela qualidade do serviço que é prestado ao cliente, são fundamentais para o empreendedorismo no referido sector.

Proposição 2. Quanto maior for a ênfase que as estruturas normativas atribuem ao empreendimento turístico com base na qualidade do serviço nas periferias de uma economia insular, mais elevada ainda será a atividade empreendedora nesse território.

A dimensão cognitiva reflete o conhecimento social compartilhado em um determinado território sobre os comportamentos e as decisões empresariais adequadas para alcançar o sucesso no mundo dos negócios e/ou particularmente, em sectores específicos (Lu, 2002). As práticas empresariais, sob esta abordagem, tem a ver com as instituições cognitivas e representam uma forma de comportamento que não é reflexivo, auto-sustentável, que surge como resultado de ações repetidas ao longo do tempo e são comumente usados quando as cenários de incerteza

(Lu, 2002; Déniz-Déniz & García-Cabrera, 2011; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012; 2013).

Na verdade, isso pode ser controlado pelas decisões do empresário. Sob a dimensão cognitiva, as decisões do indivíduo reduzem a incerteza e ganham legitimidade caso adotar o quadro comum de referência (Scott, 1995) e imitar os comportamentos e ações enquadradas nesse âmbito, por exemplo, decisão de empreender e, em que sector operar (Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013; García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013).

Com efeito, este conhecimento empresarial deve ser adequadamente divulgado para que possam acessá-lo tanto os atuais como os potenciais empreendedores, por exemplo, publicando nas mídias a experiencia de empresários de sucesso, de modo que tais instituições cognitivas possam orientar sobre as decisões que em termos do empreendedorismo são tomadas nesses territórios. O trabalho realizado nos três Municípios da ilha do Fogo, enquanto periferias de uma economia insular, reflete justamente a importância desse conhecimento, especialmente quando não se conhece o nível de exigências que em termos de qualidade os clientes têm e a forma como prestar-lhes serviço para que estejam satisfeitos. Além disso, os resultados confirmam a ideia inicial de que os empresários imitam os modelos de sucesso adotados tanto por empresas locais como por empresas estrangeiras, de conformidade com as conclusões dos autores Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, (2012 e 2013).

Proposição 3. Quanto maior for o desenvolvimento e a difusão das estruturas cognitivas que facilitam modelos de empreendimentos turísticos que se baseiam na qualidade de serviço prestado nas periferias de uma economia insular, maior será a atividade empreendedora nesse território.

CONCLUSÕES

A discussão teórica e empírica desenvolvida neste trabalho permitiu-nos chegar a conclusões úteis tanto académica como sobre as práticas relacionadas com o empreendedorismo turístico nas PEID. Estas conclusões podem ser classificadas em duas categorias, a saber: (1) a adequação da teoria neo-institucional como referencial teórico adequado para o estudo dos condicionalismos ambientais que afetam a realização da especialização turística nas PEID's (2) a identificação das estruturas institucionais com potencial influência no empreendedorismo turístico.

Assim, em primeiro lugar, do nosso trabalho derivam argumentos que suportam a adequação da teoria neo-institucional em análise do contexto específico que representam as PEID e o desafio que enfrentam em termos de especialização turística na promoção do seus desenvolvimentos socioeconómico. Essa adequação confirmou-se visto que a teoria neo-institucional enfatiza a importância das instituições formais ou leis, como das informais, mais relacionado com as normas culturais e os conhecimentos enraizados na população, assumindo que tanto umas como as outras afetam o desenvolvimento da economia. Especificamente, nosso trabalho empírico suporta a existência e a relevância das instituições informais ao nível sub-nacional numa PEID, um facto que não pode ser subestimado dado o corpo legislativo frágil que comumente existe nessas regiões com economias em desenvolvimento (Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013; García-Cabrera, García-Soto e Dias-Furtado, 2013). Assim, na ausência de regulamentação suficiente, são as normas culturais e os conhecimentos enraizados na população, as que orientam o processo decisório em matéria de empreendedorismo turístico. Estas instituições informais são dificilmente moldável pelas autoridades, ou pelo menos exigia um longo período de tempo, porque eles não podem ser imposta mediante decretos (Silva, 2007). Além disso, tal como sugere a literatura anterior, as instituições informais dão inclusive origem às leis e propiciam a sua transformação na maneira que influenciam as decisões do Legislador (Castanheira Neves, 2005), daí a grande relevância das mesmas (Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012; 2013).

Neste sentido, se as instituições informais enfatizar a qualidade de serviço ao cliente, tal como temos encontrado para o caso especial de Cabo Verde, vale esperar um desenvolvimento legislativo posterior que visa garantir a dita qualidade e evitar assim possíveis comportamentos oportunistas dos empresários que poderiam prejudicar a reputação, que na qualidade de destino

turístico, essas periferias de uma PEID (Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013). Por outro lado, uma regulamentação contrária às crenças culturais e aos conhecimentos enraizados na população seria pouco eficaz, não só pelo carácter oposto ou inconsistente entre umas e outras instituições, que em vez de reforçarem-se, entrariam em conflito, isto porque, num contexto de ineficiência judicial, comum em territórios em vias de desenvolvimento, as instituições regulativas poderiam ser infringidas, sem grande custo para aqueles que ignoram o seu cumprimento (Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013).

Nesta linha, a nossa discussão para a necessidade de as entidades políticas terem de realizar maiores esforços para conciliar no tempo as instituições regulativas de natureza formal, que normalmente se aprovam com atraso, com as instituições informais, ou seja, por promulgar pontualmente aquelas leis e decretos que reforçam as instituições informais válidas e favoráveis à ação empreendedora, alcançando assim a necessária consistência institucional nesses territórios (Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013). Especificamente, devido a esta força das instituições formais nos SIDS, as autoridades deviam apenas formular políticas e promover medidas que sejam consistentes com os quadros históricos, socioculturais, económicas e tecnológicas, dos seus territórios, claramente articuladas por meio de instituições informais. Consequentemente, embora o facto de o Estado corresponder a um conjunto papéis de protagonista principal no desenvolvimento de uma mudança institucional que facilite a introdução de instituições que permitam o desenvolvimento da especialização turística numa PEID, desempenho esse de papel que deve ser sensível à realidade institucional do país e não apenas replicar o que é feito em outros lugares (Caballero, 2004; Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012; 2013).

Com base nessas ideias, parece apropriado a sugestão de Trevino et al. (2008), que alertam que, enquanto os governos devem promover reformas nas três dimensões institucionais, ou seja, cognitivo, normativo e regulativa, devem estar ciente de que são, precisamente, as mudanças que são acompanhadas de uma menor reforma legislativa, os que alcançam melhores resultados dado que uma simples mudança de regras formais não produz necessariamente efeitos pretendidos (Caballero & Kingston, 2005). Portanto, parece necessário o atingir, em primeiro lugar, da legitimação dos níveis cognitivos e normativos para que as pessoas possam aceitar de forma natural as mudanças e, posteriormente, venham a considerá-los como consolidadas e só então usar a sua regulamentação atribuindo-lhes a forma de leis ou constituições, afetando assim o pilar

regulativo. Nesta linha, Trevino *et al.* (2008) propõem uma metodologia na qual o processo de desenvolvimento institucional é feita de forma faseada, começando pelo pilar cognitivo, para posteriormente passar para normativa e, finalmente, para regulativa.

Relativamente a esta ação do governo que visa desenvolver estruturas cognitivas adequadas para o empreendedorismo, neste trabalho ficou provada a importância tanto do impulso das atividades de formação destinadas a desenvolver as melhores práticas entre os empresários, como a difusão das mesmas práticas no seio da população (Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013), o que passa, entre outros, pelo desenvolvimento de programas de difusão de experiências empresariais de sucesso. Da mesma forma, as ações formativas destinadas a facilitar o conhecimento das instituições regulativas criadas para incentivar a criação de novas empresas também podem contribuir para o objetivo procurado (Dias-Furtado, Garcia-Cabrera e García-Soto, 2012 e 2013). Dado que estas medidas estão claramente conectadas com o desenvolvimento de níveis mais elevados de formação e informação entre a população sobre questões relevantes para a empresa e o empreendedorismo, a nossa proposta é coerente com o pensamento de North (2005) ao afirmar que os processos de mudança institucional requerem de um investimento económico em capital humano.

De acordo com este corpo de conclusões ou descobertas, uma segunda contribuição do nosso trabalho consiste em fornecer um conjunto de instituições normativas e cognitivas que devem ser avaliadas em qualquer PEID como um passo precedente para a formulação de novas leis e decretos por parte das autoridades políticas. Além disso, para o caso de Cabo Verde em particular, oferece-se com este uma avaliação específica de uma amostra da sua população residente nos destinos turísticos do País. Neste sentido, o nosso trabalho identifica claramente as instituições de natureza regulativa, normativa e cognitiva que são particularmente relevantes para o grupo de empresários perante o resto da população que reside nas periferias de uma PEID, orientando, assim, a ação política que visa criar um quadro institucional adequado que fomenta o empreendedorismo nos destinos turísticos. Importa destacar ainda o elevado protagonismo que as instituições normativas e cognitivas têm na qualidade do atendimento e serviço ao cliente, um atributo de grande importância para o sucesso da atividade turística.

BIBLIOGRAFIA

Bateman & Snell, ADMINISTRAÇÃO, Liderança & Colaboração no Mundo Competitivo, 7ª ed., McGraw Hill, 2007;

Bowen, H.P. & De Clercq, D. (2008). Institutional context and the allocation of entrepreneurial effort. *Journal of International Business Studies*, 39(4), 747–767.

Brewer, T.L. & Rivoli, P. (1990). Politics and perceived country creditworthiness in international banking. *Journal of Money, Credit and Banking*, 22(3), 357–367.

Buhalis, D. (1999). Tourism in the Greek Islands: The issues of the peripherality, competitiveness and development. *International Journal of Tourism Research*, 1(5), Special issue: Tourism in the European periphery, 341–359.

Caballero, G. & Kingston, C. (2005). Cultural change, institutional dynamics and cognitive science: toward a multidisciplinary comprehension of economic development. *Revista de Economía Institucional*, 13, 1–7.

Caballero, G. (2004). Instituciones e historia económica: enfoques y teorías institucionales. *Revista de Economía Institucional*, 6(10), 135–157.

Carvalho, P. (2012, febrero). Factores determinantes do turismo internacional de negócios: Uma revisão de literatura. XXII Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica, Vila Real.

Castanheira Neves, A. (2005). Ciências jurídicas: civilísticas; comparatísticas; comunitárias; criminais; económicas; empresariais; filosóficas; históricas; políticas; processuais. *Coímbra: Almedina, SA*.

Costa, J., Rita, P. & Águas, P. (2004). Tendências internacionais em turismo. *Lisboa: Lidel–Edições Técnicas*.

Da Luz, M. do R. (2009). Câmara de Comércio, Indústria e Serviços, Sotavento: Extraído de http://www.faroldacciss.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=73&Itemid=79.

De Aguiar, Eusébio, M. C. (2006). “Avaliação do impacte económico do turismo a nível regional - O caso da Região Centro de Portugal”. Universidade de Aveiro, Portugal. Página Consultada a 13-06-2012, disponível em: «<http://ria.ua.pt/bitstream/10773/1839/1/2007000092.pdf>».

De Clercq, D., Danis, W.M. & Dakhli, M. (2010). The moderating effect of institutional context on the relationship between associational activity and new business activity in emerging economies. *International Business Review*, 19, 85–101.

De Mattos, C.A. (2000). Nuevas teorías del crecimiento económico: una lectura desde la perspectiva de los territorios de la periferia. *Revista de Estudios Regionales*, 58, 15–36.

De Sousa, J.F., Da Silva, G.G.M. & Da Fonseca, C.C. (2013). Relatório preliminar de Assistência técnica jurídica no domínio da reforma portuária, *ENAPOR*, Cabo Verde, 10 de junio.

Déniz-Déniz, M.C. & García-Cabrera, A.M. (2011). El isomorfismo mimético y las ventajas de localización como determinantes de la elección del modo de entrada. *Revista Europea de Dirección y Economía de la Empresa*, 20(1), 105–122.

Dias-Furtado, J., Garcia-Cabrera A. M. e Garcia-Soto, G. (2013). Condicionantes Institucionales del Emprendimiento Turístico en Pequeños Territorios Insulares. *Revista Desafíos, N 1; Ed. UniCV*, pág. 253-287.

Dias-Furtado, J., Garcia-Cabrera A. M. y Garcia-Soto, G. (2012). Emprender en Economías Emergentes: el Entorno institucional y su desarrollo. *XXII^{as} Jornadas Luso-españolas de Gestión Científica*, Vila Real, 1-2 de Febrero.

Díaz, J., Urbano, D. & Hernández, R. (2005). Teoría económica institucional y creación de empresas. *Investigaciones Europeas de Dirección y Economía de la Empresa*, 11(3), 209–230.

Díaz-Aunión, A.M., Díaz-Casero, J.C., Hernández-Mogollón, R. & Postigo-Jiménez, V.M. (2010, septiembre). Actividad emprendedora y libertad económica: factores institucionales que determinan la creación de empresas. *XX Congreso Nacional de ACEDE*, Granada.

Díaz-Casero, J.C. (2003). La creación de empresas en Extremadura. Un análisis institucional. Tesis doctoral. Universidad de Extremadura.

Díaz-Casero, J.C., Ferreira, J.J.M., Mogollón, R.H. & Raposo, M.L.B. (2012). Influence of institutional environment on entrepreneurial intention: A comparative study of two countries university students. *International Entrepreneurship Management Journal*, 8(1), 55–74.

Dolabela, F. (2008). *O Segredo de Luísa*, Rio de Janeiro: Sextante.

Dornelas, J. C. A. (2001), *Empreendedorismo: Transformando ideias em Negócios*. Rio de Janeiro: Campus, (capítulo 2).

Dornelas, J. C. A. (2005), *Transformando Ideias em Negócio*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Dornelas, J., C., A. (2008), *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, – 2ª reimpressão.

Fernández-Alles, M.L. & Valle-Cabrera, R. (2006). Reconciling institutional theory with organizational theories-How neoinstitutionalism resolves five paradoxes. *Journal of International Change Management*, 19(2), 503–517.

Fortunato, M.W.P. & Alter, T.R. (2011). The individual-institutional-opportunity nexus: An integrated framework for analyzing entrepreneurship development. *Entrepreneurship Research Journal*, 1(1), 1–34.

Furtado, J. D. (2007). *Regulação dos Transportes Rodoviários no Desenvolvimento Socio-económico e na Integração Cultural*. Praia: IBNL.

Furtado, J. D. (2010). *Reseña sobre el Marketing: the competitive destination of the future de Dmitrios Buhalis* publicado em *Tourism Management*, Vol. 21, (2000), (pp. 97-116). Disponible en <http://liberal.sapo.cv/> de 03 de abril.

García-Cabrera A.M. & García-Soto, M.G. (2008). Cultural differences and entrepreneurial behavior: An intra-country analysis in Cape Verde. *Entrepreneurship & Regional Development*, 20, 451–483.

García-Cabrera, A. G. y García-Soto M. G. (2010a). Diferencias Culturales Intra-país e Internacionalización de la Empresa de Reciente Creación en España. *Factores Culturales e Internacionalización de la Empresa y la Economía*, n 856 Septiembre-October.

García-Cabrera, A. M. y García-Soto, M. G. (2008a). Cultural Differences and Entrepreneurial Behavior: An Intra-country Analysis in Cape Verde. *Entrepreneurship & Regional Development*, Vol. 20, pp. 451-83.

García-Cabrera, A. M. y García-Soto, M. G. (2008b). Reconocimiento de la Oportunidad y Emprendeduría de Base Tecnológica: Un Modelo Dinámico. *Investigaciones Europeas de Dirección y Economía de la Empresa*, Vol. 14, n 2, pp. 109-25.

García-Cabrera, A. M. y García-Soto, M. G. (2010b). The impact of cultural resources on multicultural team performance. *Revista Innovar*, Vol. 20, n 38, pp. 141-60.

García-Cabrera, A.M. & García-Soto, M.G. (2009). A dynamic model of technology-based opportunity recognition. *The Journal of Entrepreneurship*, 18(2), 167–190.

Granovetter, M. (2005). The Impact of Social Structure on Economic Outcomes. *Journal of Economic Perspectives*, 19(1), 33–50.

Gries, T. & Naude, W. (2011). Entrepreneurship, structural change and a global economic crisis, *Entrepreneurship Research Journal*, 1(3), 1–41.

Huang, Y. & Sternquist, B. (2007). Retailer's foreign market entry decisions: An institutional perspective. *International Business Review*, 16, 613–629.

INE. Instituto Nacional de Estadística de Cabo Verde, en <http://www.ine.cv>.

Jackson, G. & Deeg, R. (2008). Comparing capitalisms: understanding institutional diversity and its implications for international business. *Journal of International Business Studies*, 39, 540–561.

Kreiser, P.M., Marino, L.D., Dickson, P. & Weaver, K.M. (2010). Cultural influence on entrepreneurial orientation: The impact of national culture on risk taking and proactiveness in SMEs. *Entrepreneurship Theory & Practice*, 34, 959–984.

Liu, A. & Wall, G. (2006). Planning tourism employment: a developing country perspective. *Tourism Management*, 27, 159–70.

Logossah, K. & Maupertuis, M. (2007). La spécialisation touristique des petites économies insulaires en développement est-elle une voie de croissance durable? *Revue d'Économie Régionale & Urbaine*, 1, 35–55.

Low, M.B. & McMillan, I.C. (1988). Entrepreneurship: past research and future challenges. *Journal of Management*, 14, 139–161.

Lu, J.W. (2002). Intra and Inter-organizational imitative behaviour: Institutional influences on Japanese firms' entry mode choice. *Journal of International Business Studies*, 33(1), 19–37.

MSI (2005). Estrategia de Mauricio para la ejecución ulterior del PAB de los PEID. Extraído de <http://www.un.org/es/ga/65/meetings/mauritiusreview.shtml>.

North, D.C. (1990). Institutions, institutional change and economic performance. Cambridge: Cambridge University Press.

North, D.C. (1994). Economic performance through time. *The American Economic Review*, 84(3), 359–368

North, D.C. (1995). Five propositions about institutional change. En Knight, J. & Sened, I. (Eds), Explaining social institutions (pp. 15–26). Michigan: *Michigan University Press*.

North, D.C. (2005). Understanding the process of economic change. *Princeton: University Press*.

OMT. Barómetro del Turismo Mundial de la Organización Mundial del Turismo. Extraído de <http://www.unwto.org>.

PAB (1994). Programa de Acción para el desarrollo sostenible de los PEID. Extraído de <http://www.un.org/es/ga/65/meetings/mauritiusreview.shtml>.

Puffer, S.M., McCarthy, D.J. & Boisot, M. (2010). Entrepreneurship in Russia and China: The impact of formal institutional voids. *Entrepreneurship Theory & Practice*, 34(3), 441–467.

Schumpeter, J., A. (1991), A Teoria do Desenvolvimento Económico, São Paulo: Nova Cultura.

Scott, W.R. (1995). Institutions and organizations. Thousand Oaks, CA: Sage.

Shumpeter, J. (1954), A história da análise económica. Rio de Janeiro : Fundo da Cultura.

Silva, L. (2007). Institutionalization does not occur by decree: Institutional obstacles in implementing a land administration system in a developing country. *Information Technology for Development*, 13, 27–48.

Stenholm, P., Acs, Z.J. & Wuebker, R. (2013). Exploring country-level institutional arrangements on the rate and type of entrepreneurial activity. *Journal of Business Venturing*, 28, 176–193.

Tominc, P. & Rebernik, M. (2007). Growth aspirations and cultural support for entrepreneurship. A comparison of post-socialist countries, *Small Business Economics*, 28, 239–255.

Tracey, P. & Phillips, N. (2011). Entrepreneurship in emerging markets: strategies for new venture creation in uncertain institutional contexts. *Management International Review*, 51(1), 23–9.

Trevino, L.J., Thomas D. & Cullen, J. (2008). The three pillars of institutional theory and FDI in Latin America: An institutionalization process. *International Business Review*, 17, 118–133.

UCRE (2011). Unidade de Coordenação da Reforma do Estado e ONUDI - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial: Melhoria do Ambiente de Negócios em Cabo Verde. Extraído de <http://www.reformadoestado.gov.cv>.

UNCTAD (2010). Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo. En <http://unctad.org>.

Urbano, D., Díaz, J.C. & Hernández, R. (2007). Evolución y principios de la teoría económica institucional. Una propuesta de aplicación para el análisis de los factores condicionantes de la creación de empresas. *Investigaciones Europeas de Dirección y Economía de la Empresa*, 13(3), 183–198.

Veciana, J.M. & Urbano, D. (2008). The institutional approach to entrepreneurship research. An introduction. *International Entrepreneurship and Management Journal*, 4(4), 365–379.

Webb, J.W., Tihanyi, L., Ireland, R.D. & Sirmon, D.G. (2009). You say ilegal, I say legitimate: Entrepreneurship in the informal economy. *Academy of Management Review*, 34(3), 492–510.

Weber, M. (1996). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, São Paulo: Pioneira.

SITOGRAFIA

[http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Filipe_\(concelho_de_Cabo_Verde\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Filipe_(concelho_de_Cabo_Verde)), consultado em 13/09/2013

<http://www.sao-filipe.com/html/geografia.html>, consultado em 13/09/2013

[http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Louren%C3%A7o_\(Fogo\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Louren%C3%A7o_(Fogo)), consultado em 13/09/2013

http://pt.wikipedia.org/wiki/Munic%C3%ADpio_dos_Mosteiros

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Catarina_do_Fogo_\(concelho_de_Cabo_Verde\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Catarina_do_Fogo_(concelho_de_Cabo_Verde))

Sites

<http://www.cmsf.cv/> - Câmara Municipal de São Filipe

<http://www.cmmost.cv/> - Câmara Municipal dos Mosteiros

<http://www.anmcv.com/> - site da Associação Nacional dos Municípios Cabo-verdianos

- <http://www.anmcv.com/Munic%C3%ADpios/S%C3%A3oFilipe.aspx>
- <http://www.anmcv.com/Munic%C3%ADpios/Mosteiros.aspx>
- <http://www.anmcv.com/Munic%C3%ADpios/SantaCatarinadoFogo.aspx>

ANEXOS

QUESTIONÁRIO SOBRE A INTENÇÃO EMPREENDEDORA DA POPULAÇÃO DA ILHA DO FOGO

Bom dia/boa tarde: No âmbito de um trabalho de fim de curso na Uni-CV estamos realizando uma investigação que pretende estudar a intenção empreendedora das populações da ilha do Fogo, particularmente no sector turístico. Não existem respostas corretas ou erradas, pelo que lhe pedimos que suas respostas ao questionário sejam as que melhor exprimissem SUA VERDADEIRA OPINIÃO. A informação recolhida será tratada de forma anónima e com total confidencialidade. Por favor, indique seu grau de acordo com cada uma das afirmações seguintes, marcando com um círculo a opção escolhida, desde **(1) total desacordo** até **(5) total acordo**.

P1. Por favor, indique seu grau de acordo com as seguintes afirmações relativas à existência no SEU MUNICÍPIO dos SEGUINTEs FATORES e RECURSOS que FACILITAM a criação de NOVAS EMPRESAS.

NO MEU MUNICÍPIO...	Total desacordo					Total acordo
(1) existem muitas pessoas com experiência na criação de um novo negócio	1	2	3	4	5	
(2) quase todo o mundo conhece alguém que criou um negócio recentemente	1	2	3	4	5	
(3) muitas pessoas sabem como reagir a boas oportunidades criando novos negócios	1	2	3	4	5	
(4) o medo de fracassar impede que as pessoas ponham em marcha sua empresa	1	2	3	4	5	
(5) muitas pessoas são capazes de organizar os recursos necessários para criar um novo negócio	1	2	3	4	5	
(6) a maioria das pessoas sabe como dirigir um pequeno negócio	1	2	3	4	5	
(7) é habitual imitar-se a empresas locais de êxito criando negócios similares aos seus	1	2	3	4	5	
(8) é habitual imitar-se a empresas estrangeiras de êxito criando negócios similares aos seus	1	2	3	4	5	
(9) existe informação disponível sobre como pôr em marcha e gerir um novo negócio	1	2	3	4	5	
(10) oferece-se a formação necessária para que os indivíduos que o desejem possam criar um novo negócio	1	2	3	4	5	
(11) existe uma boa oferta de formação profissional que capacita trabalhadores disponíveis para contratação	1	2	3	4	5	
(12) existem cursos de formação contínua para melhorar os conhecimentos e habilidades dos empregados	1	2	3	4	5	
(13) existe uma força laboral com conhecimentos de línguas estrangeiras	1	2	3	4	5	
(14) existe uma força laboral com estudos universitários	1	2	3	4	5	
(15) existe uma força laboral com experiência em gestão de empresas	1	2	3	4	5	
(16) existe uma força laboral com experiência em prestação de serviço e atendimento ao cliente	1	2	3	4	5	
(17) muitas pessoas conhecem as exigências que em matéria de qualidade têm os clientes	1	2	3	4	5	
(18) o conhecimento e o caráter da população facilitam a criação de empresas no setor turístico	1	2	3	4	5	
(19) o conhecimento e o caráter da população facilitam a consolidação das empresas no sector turístico	1	2	3	4	5	

P2. Por favor, indique seu grau de acordo com as seguintes afirmações relativas à ATUAÇÃO e APOIO GOVERNAMENTAIS para favorecer a CRIAÇÃO DE EMPRESAS no SEU MUNICÍPIO.

NO MEU MUNICÍPIO...	Total desacordo					Total acordo
(20) existem leis e regulamentos governamentais relativas à criação de novos negócios	1	2	3	4	5	
(21) as leis se aplicam às novas empresas de uma forma previsível e coerente	1	2	3	4	5	
(22) os regulamentos sobre as novas empresas e empresas em crescimento são adequados e eficazes	1	2	3	4	5	
(23) a pressão fiscal existente é favorável para as novas empresas e empresas em crescimento	1	2	3	4	5	
(24) existem ajudas públicas para apoiar a criação de novos negócios	1	2	3	4	5	
(25) o pacote de incentivos à atividade empresarial é suficiente para a criação de novos negócios	1	2	3	4	5	
(26) as novas empresas conseguem as autorizações e licenças em um curto período de tempo	1	2	3	4	5	
(27) a oferta do serviço "registo de empresa no dia" incentiva a criação de empresas	1	2	3	4	5	
(28) a oferta imediata de serviços de administração fiscal (ex., CAF, NIF) facilita a atividade empresarial	1	2	3	4	5	
(29) a rapidez da justiça favorece a atividade empresarial	1	2	3	4	5	
(30) a flexibilidade laboral favorece a atividade empresarial	1	2	3	4	5	
(31) a flexibilidade dos acordos coletivos de trabalho favorece a criação de empresas	1	2	3	4	5	
(32) a fixação do salário mínimo nacional é bom para a criação de novas empresas	1	2	3	4	5	
(33) a situação económica geral é boa e favorece a criação de empresas	1	2	3	4	5	
(34) as infraestruturas de comunicação (ex. terrestres, marítimas, aéreas) e de informação (ex. internet, telemóveis) favorecem a criação de empresas	1	2	3	4	5	
(35) a centralização administrativa de muitos serviços no Estado favorece a criação de empresas	1	2	3	4	5	
(36) a regionalização seria bem vista pelos candidatos a empresários e empresários já instalados	1	2	3	4	5	
(37) existem normas regulativas para assegurar a qualidade dos produtos e serviços prestados pelas empresas	1	2	3	4	5	
(38) a administração pública realiza controlos regulares para verificar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas	1	2	3	4	5	
(39) o apoio e a atuação governamental facilitam a criação de empresas no setor turístico	1	2	3	4	5	

NO MEU MUNICÍPIO...						Total desacordo		Total acordo		
(40)	o apoio e a atuação governamental facilitam a consolidação das empresas no sector turístico					1	2	3	4	5

P3. Por favor, indique seu grau de acordo com as seguintes afirmações relativas a OPINIÕES e VALORES da população no SEU MUNICÍPIO.

NO MEU MUNICÍPIO...						Total desacordo		Total acordo		
(41)	considera-se que converter-se em um empreendedor é uma opção profissional desejável					1	2	3	4	5
(42)	a criação de novas empresas é considerada uma forma adequada de fazer fortuna					1	2	3	4	5
(43)	os empresários de êxito gozam de um alto estatuto e respeito na sociedade					1	2	3	4	5
(44)	quem cria novos negócios é destacado nos meios de comunicação, como pessoa exitosa					1	2	3	4	5
(45)	a maioria das pessoas pensa que os empresários são indivíduos competentes e autossuficientes					1	2	3	4	5
(46)	valoriza-se positivamente as habilidades empresariais, a capacidade criativa e o pensamento inovador					1	2	3	4	5
(47)	a maior parte das pessoas deseja que todos tenhamos um nível de qualidade de vida parecido					1	2	3	4	5
(48)	considera-se que bons empresários são aqueles que realizam ofertas de qualidade a seus clientes					1	2	3	4	5
(49)	é bem visto que uma mulher decida pôr em marcha sua própria empresa ou negócio					1	2	3	4	5
(50)	a qualidade no serviço ao cliente é uma norma que não se pode saltar (i. é., que se leva muito a sério no meu município)					1	2	3	4	5
(51)	as opiniões e valores da população facilitam a criação de empresas no setor turístico					1	2	3	4	5
(52)	as opiniões e valores da população facilitam a consolidação das empresas no setor turístico					1	2	3	4	5

P4. Por favor, indique seu grau de acordo com as seguintes afirmações relativas à RELAÇÃO QUE MANTÊM os empresários e as instituições públicas no SEU MUNICÍPIO.

NO MEU MUNICÍPIO OS EMPRESÁRIOS E AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS MANTÊM UMA RELAÇÃO...						Total desacordo		Total acordo		
(53)	cooperativa e comprometida, com reuniões formais para a busca e/ou aproveitamento de oportunidades de negócio que contribuam para o desenvolvimento do município					1	2	3	4	5
(54)	coordenada, mediante reuniões informais para a busca e/ou aproveitamento de oportunidades de negócio que contribuam para o desenvolvimento do município					1	2	3	4	5
(55)	descoordenada, já que empresários e instituições trabalham em direções diferentes quando buscam e/ou tratam de aproveitar oportunidades de negócio					1	2	3	4	5
(56)	de desconfiança, já que uns e outros duvidam da capacidade do outro para levar a cabo suas propostas econômicas					1	2	3	4	5
(57)	conflitiva, posto que uns e outros consideram que é responsabilidade do outro a promoção do empreendedorismo local					1	2	3	4	5
(58)	que facilita a criação de empresas no setor turístico					1	2	3	4	5
(59)	que facilita a consolidação de empresas no setor turístico					1	2	3	4	5

P5. Por favor, indique qual das seguintes afirmações corresponde ao seu desejo de CRIAR UMA EMPRESA PRÓPRIA e em que fase se encontram os planos do SEU PROJETO de NEGÓCIO?

ATUALMENTE...		(60) Marque com SIM ou NÃO, segundo seu "status quo". (Apenas pode ser marcada com SIM, uma única opção)	(61) Indique o setor de atividade em que TEM ou PODERIA TER a sua empresa
(60.1)	Disponho já de uma empresa própria	a) Sim ☐ b) Não ☐	a) Primário b) Secundário c) Terciário
(60.2)	Desejo ter uma empresa própria e já tenho uma ideia de empresa concreta	a) Sim ☐ b) Não ☐	
(60.3)	Desejo ter uma empresa própria e tenho várias ideias de negócio, mas sem concretizar	a) Sim ☐ b) Não ☐	
(60.4)	Desejo ter uma empresa própria, mas ainda não tenho nenhuma ideia empresarial concreta	a) Sim ☐ b) Não ☐	
(60.5)	Desejaria ter uma empresa própria, mas desisto da ideia porque não tenho recursos	a) Sim ☐ b) Não ☐	
(60.6)	Ter um negócio próprio não está nos meus planos e nunca tenho pensado nisso	a) Sim ☐ b) Não ☐	Saltar para P7

P6. Por favor, se possui um NEGÓCIO PRÓPRIO, responda às seguintes perguntas sobre sua empresa.

INFORMAÇÃO SOBRE A EMPRESA		
(62)	Atividade específica que realiza a empresa? a) Agências de Viagens e Turismo ☐ b) Serviços de Acolhimento e Hospedagem Turística ☐ c) Venda de Produtos Artesanais e Turísticos diversos ☐ d) Serviços de Restauração e Bar ☐ e) Serviços de Taxi ou Transporte Públicos de passageiros ☐ f) Outras ☐	
(63)	Idade da empresa: a) 1 – 6 Meses ☐ b) 7 – 12 Meses ☐ c) 13 – 18 Meses ☐ d) 19 – 24 Meses ☐ e) Mais de 24 Meses ☐	
(64)	Número de proprietários da empresa (incluindo-se a você mesmo): a) 1 ☐ b) 2 ☐ c) Mais de 2 ☐	(68) A empresa está formalmente constituída? a) ☐ Sim b) ☐ Não
(65)	Nº de proprietários que são membros de sua família (excetuando-se a si próprio) a) Nenhum ☐ b) 1 ☐ c) 2 ☐ d) Mais de 2 ☐	
(66)	Número total de empregados a tempo inteiro: a) 1 – 3 ☐ b) 4 – 7 ☐ c) Mais de 7 ☐	
(67)	Número total de empregados a tempo inteiro que são membros da família: a) Nenhum ☐ b) 1 ☐ c) 2 – 4 ☐ d) Mais de 4 ☐	

P7. Por favor, tenha ou não uma EMPRESA, responda às seguintes perguntas sobre a sua pessoa (69):

1. Idade: a) 15 -18 anos ☐ b) 19 - 28 ☐ c) 29 e 39 ☐ d) 40 e 50 ☐ e) 51 e 61 ☐ f) Mais de 61 anos ☐
2. Sexo: a) Masculino ☐ b) Feminino ☐
3. Concelho onde reside: a) S. Filipe ☐ b) Mosteiros ☐ c) Santa Catarina ☐
4. Profissão:
a) Empresário ☐ b) Empregado ☐ c) Desempregado ☐ d) Funcionário público ☐ e) Estudante ☐ f) Docente ☐
5. Nível de escolaridade:
a) Sem estudos ☐ b) Primário ☐ c) Secundário ☐ d) Formação profissional ☐ e) Licenciatura ☐ f) Mestrado ☐

Muito Obrigado!